

AP. 56

2003



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

UNIDADE DE FORMAÇÃO E INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**ONG's E SEU PAPEL
NA PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR**

**O CASO DA PARCERIA INTERMÓN-OXFAM E APOJ
EM MARRACUENE(2002-2003)**

Autor

Carlos António Uanicela Vilanculo

Supervisor

dr. Salim Cripton Valá

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciatura
em Administração Pública pela Universidade Eduardo Mondlane



Maputo, Agosto de 2003



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

UNIDADE DE FORMAÇÃO E INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ONG's E SEU PAPEL NA PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR

**O CASO DA PARCERIA INTERMÓN-OXFAM E APOJ
EM MARRACUENE(2002-2003)**

*Vinte
Salim Cipton Valá
Maputo, 25.08.2003*

Autor

Carlos António Uanicela Vilanculo

Supervisor

dr. Salim Cipton Valá

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciatura
em Administração Pública pela Universidade Eduardo Mondlane

U.E.M. - UFICS

R. E.	_____
DATA	____/____/____
AQUISIÇÃO	_____
COTA	_____

Maputo, Agosto de 2003

Universidade Eduardo Mondlane

Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais (UFICS)

Departamento de Ciência Política e Administração Pública

Tema:

ONG's e Seu Papel na Promoção da Segurança Alimentar: ???

**O Caso da Parceria Intermón-Oxfam e APOJ em Marracuene
(2002-2003).**

Autor: Carlos António Uanicela Vilanculo

Supervisor: dr. Salim Crípton Valá

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciatura em Administração Pública pela Universidade Eduardo Mondlane.

Maputo, Agosto de 2003.

Declaração

Declaro, por minha honra, que este trabalho constitui o reflexo de uma pesquisa científica por mim realizada. Os seus resultados decorrem da análise da informação obtida ao longo da investigação e as fontes usadas estão claramente mencionadas.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Carlos A. Uanicela Vilanculo', is written over a horizontal dotted line. The signature is stylized and cursive.

Carlos A. Uanicela Vilanculo

Maputo, Agosto de 2003.

Dedicatória

Dedico este trabalho à memória da minha mãe, Floriana Vilanculo, com quem muito gostaria de comemorar este momento ímpar da minha vida, e ao meu pai, António Vilanculo, sem cujo apoio não teria sido possível realizar este sonho.

Agradecimentos

Queria, em primeiro lugar, endereçar os meus sinceros agradecimentos à Cooperação Suiça, pelo financiamento concedido para a realização do trabalho de campo; à Intermón-Oxfam (Maputo), particularmente ao senhor Julião Nhaquila, e a todo o pessoal da APOJ, pela simpatia e abertura na disponibilização da informação necessária para a pesquisa.

Agradeço ao dr. Salim Cripton Valá, supervisor deste trabalho, cujas críticas construtivas e sugestões, desde a fase embrionária do trabalho, muito contribuíram para o aprimoramento do mesmo. A simplicidade, a atenção aos pormenores, a flexibilidade e a amizade que sempre demonstrou constituíram um grande conforto para tornar este trabalho possível.

Os meus agradecimentos são extensivos ao dr. Padil Salimo pelas valiosas observações e contribuições para o aperfeiçoamento deste trabalho e pela abertura e paciência demonstradas.

Endereço a minha profunda gratidão ao meu pai, António Uanicela Vilanculo, que, apesar de todas as adversidades da vida, sempre prestou o apoio possível e necessário para a consumação deste meu (nosso) sonho. Ficar-lhe-ei eternamente grato.

Não poderia deixar de agradecer aos meus irmãos Raul, Elson, Matilde, Minax e Cesaltina, pelo carinho, apoio e força que me deram para a consecução deste objectivo. Pelo mesmo motivo, agradeço aos tios Camacho, Marta, Júlia e Elisa. Continuem sempre amáveis.

Queria expressar os meus profundos agradecimentos à Maelza, uma pessoa bastante especial para mim. Ela sabe muito bem porquê.

Agradeço a todos os colegas da turma de Administração Pública, em particular os do 4º grupo, Varela (César), Nhacota Jr., Bene Jr., Manhicane Jr. e Mabuiangue, bem como aos colegas e amigos Róger, Arvista, Sambane, Varela (Luís), Assura, Almajane, Velichane e Alcolete, com quem partilhei os bons e os maus momentos desta longa e difícil carreira académica.

Finalmente, mas não menos importante, agradeço a todos aqueles que, inadvertidamente, não vêm aqui mencionados, mas deram algum contributo para a minha formação académica.

SIGLAS E ABREVIATURAS

APOJ	Associação Positiva Juvenil
CEA	Centro de Estudos Africanos
CRM	Constituição da República de Moçambique
DDADR	Direcção Distrital de Agricultura e Desenvolvimento Rural
FAEF	Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal
FMI	Fundo Monetário Internacional
LINK	Fórum de ONG's
MADER	Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural
MISAU	Ministério da Saúde
MINEC	Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação
MPF	Ministério do Plano e Finanças
MNEF	Ministério dos Negócios Estrangeiros da Finlândia
ONG	Organização Não Governamental
PRE	Programa de Reabilitação Económica
ProFESCR	Projecto de Fortalecimento de Estruturas Sociais das Comunidades Rurais
ProSAFASM	Projecto de Segurança Alimentar para as Famílias Afectadas pela Seca em Marracuene
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Resumo

Sob o tema *ONG's e Seu Papel na Promoção da Segurança Alimentar: o Caso da Parceria Intermón-Oxfam e APOJ em Marracuene (2002-2003)*, o presente trabalho teve como objecto de estudo a intervenção das ONG's na promoção da segurança alimentar, no caso específico a intervenção dos parceiros Intermón-Oxfam, ONG internacional, e APOJ, ONG nacional, e visava compreender em que medida as ONG's contribuem para a promoção da segurança alimentar das comunidades rurais.

O problema que esteve na origem deste trabalho é a ineficácia e falta de sustentabilidade das intervenções das ONG's no processo de desenvolvimento, cerca de meio século após o seu surgimento para complementar os esforços do governo nesse processo. Para compreender este problema, foram analisados os processos de concepção e implementação, a relevância, o impacto e a sustentabilidade do Projecto de Segurança Alimentar para as Famílias Afectadas pela Seca em Marracuene (ProSAFASM), bem como o relacionamento entre os diferentes actores envolvidos no mesmo, nomeadamente os gestores e técnicos deste projecto, as autoridades administrativas de Marracuene e os líderes comunitários e comunidades beneficiárias do projecto.

Os resultados do estudo revelam a ineficácia e falta de sustentabilidade da intervenção da Intermón-Oxfam e APOJ na promoção da segurança alimentar. Os factores que explicam esta situação são a dependência financeira da APOJ em relação à Intermón-Oxfam, as deficiências de coordenação entre estas ONG's, a debilidade da APOJ em termos de recursos humanos e materiais, a fraca qualidade do estudo de viabilidade do projecto, bem como as calamidades naturais (seca e pragas) que afectam o distrito de Marracuene.

INDICE

I. INTRODUÇÃO.....	1
1.1 Contextualização Geral e Motivação.....	1
1.2 Justificação.....	3
1.3 Objecto de Estudo	4
1.4 Objectivos e Campo de Análise.....	5
1.5 Estrutura do trabalho.....	5
II. METODOLOGIA.....	7
2.1 Problemática e Questão de Partida.....	7
2.2 Hipóteses de Trabalho.....	9
2.3 Fontes Consultadas.....	9
2.4 Instrumentos de Pesquisa.....	10
2.5 Processo e Procedimentos de Pesquisa.....	11
2.6 Constrangimentos da Pesquisa.....	12
III. QUADRO TEÓRICO-CONCEPTUAL.....	13
3.1 Enquadramento Teórico.....	13
3.2 Quadro Conceptual.....	20
IV. CONTEXTO DE ACTUAÇÃO DAS ONG's EM MOÇAMBIQUE.....	26
4.1 A Emergência das ONG's em Moçambique.....	26
4.2 Quadro Legal e Institucional de Actuação das ONG's em Moçambique.....	28
V. ESTUDO DE CASO.....	30
5.1 Caracterização da Região de Estudo.....	30
5.2 Parceria entre a Intermón-Oxfam e APOJ.....	31
5.4 Antecedentes, Concepção e Relevância do Projecto.....	36
5.2 Descrição do Projecto.....	41
5.5 Implementação do Projecto.....	42
5.5.1 <i>Actividades Realizadas, Coordenação de Acções e Monitoria</i>	42
5.5.2 <i>A Questão do Acesso à Terra pelos Beneficiários</i>	48
5.6 Impacto das Acções da APOJ.....	50
5.5 Sustentabilidade do Projecto.....	53
VI. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	56
6.1 Discussão das Hipóteses.....	56
6.2 Conclusões.....	59
6.3 Recomendações.....	61
Bibliografia.....	63

Anexos

- Anexo 1** **Mapa do distrito de Marracuene**
- Anexo 2** **Lista de entrevistados**
- Anexo 3** **Guião de entrevistas**
- Anexo 4** **Lei 8/ 91, de 18 de Julho**
- Anexo 5** **Decreto 55/ 98, de 13 de Outubro**
- Anexo 6** **Ficha de registo das ONG's**
- Anexo 7** **Documentos necessários para a instrução do pedido de registo das ONG's**
- Anexo 8** **Quadros de distribuição de alimentos e insumos agrícolas**

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização Geral e Motivação

No actual contexto de desenvolvimento do país, as ONG's constituem agentes que, a par do governo e das várias forças da sociedade civil¹, têm desenvolvido uma actividade de relevo no combate à pobreza e na melhoria das condições de vida das comunidades rurais e urbanas, mormente no seio dos segmentos sociais desfavorecidos.

O surgimento das ONG's em Moçambique ficou a dever-se à combinação de um leque de factores internos e externos, como sejam a crise económica, a seca e conflito armado que flagelavam o país, bem como as repercussões da crise mundial de petróleo ocorrida em 1973. Perante este cenário, o país foi obrigado a recorrer à ajuda internacional, da qual as ONG's constituem um dos principais veículos (Hanlon, 1997; Abrahamsson & Nilsson, 1994; Fumo, 1995). A aprovação da nova Constituição em 1990 veio, assim, a garantir o enquadramento legal que permitiria às organizações sociais a realização de várias acções visando a melhoria do padrão de vida dos moçambicanos. É neste contexto que a sociedade civil, cujo eixo principal em Moçambique são as ONG's (Valá, 1999), viria a ser chamada a assumir maior protagonismo e responsabilidade no quadro da ajuda de emergência e de desenvolvimento.

As ONG's constituem, pois, organizações da sociedade civil que, partilhando a mesma preocupação com o governo na busca de soluções para os problemas que afectam as populações, promovem várias acções para complementar os esforços do governo na prossecução do bem-estar social (Ball & Dunn, 1997).

¹ De acordo com Brito, citado por Valá (1999a:2), a sociedade civil pode ser entendida como "(...) o conjunto das iniciativas dos cidadãos, independentes do Estado, para com este cooperarem, disputarem espaço, poder e recursos, dele exigirem benefícios e direitos, ou independentes dele, existirem com o fim de promover os interesses dos seus membros, das comunidades em que eles se encontram inseridas ou de comunidades distintas".

Dada a sua importância no processo de desenvolvimento, a segurança alimentar constitui uma das áreas que têm merecido especial atenção por parte destas organizações. A preocupação das ONG's pela área de segurança alimentar deve-se, em parte, ao facto de em Moçambique a agricultura constituir a principal actividade económica, sendo a mais importante e muitas vezes a única fonte de rendimento para cerca de 70% da população e contribuindo com cerca de 40% para o PIB². Embora possua um potencial rico para a produção alimentar, Moçambique sofre de uma insegurança alimentar persistente³, determinada pelo baixo nível de renda, défice na produção agrícola, calamidades naturais (seca, cheias, ciclones), deficiente sistema de comercialização, pragas, entre outros factores. (Governo de Moçambique, 1998).

O objectivo do Governo no tocante à segurança alimentar é de garantir que todos os moçambicanos, em especial os grupos sociais vulneráveis, tenham acesso físico e económico aos alimentos necessários para levarem uma vida activa e saudável. Assim, pela importância de que a segurança alimentar se reveste, em 1997 foi criado um grupo intersectorial de segurança alimentar e nutrição constituído por instituições do Governo e representantes das ONG's que desenvolvem actividades nesta área (idem).⁴

² Com isso não se pretende afirmar que a agricultura é a única actividade económica que promove a segurança alimentar, pois há outras actividades, como a pecuária, a pesca, a caça, que também contribuem nesse sentido, mas apenas realçar que a agricultura constitui, no contexto actual de desenvolvimento de Moçambique, uma actividade extremamente importante na promoção da segurança alimentar, por ser a que é praticada pela maioria da população e, muitas vezes, a sua única fonte de rendimento.

³ De acordo com Lisboa (2000), a insegurança alimentar refere-se àquela situação em que as pessoas não têm capacidade de, a qualquer momento, adquirir alimentos suficientes e adequados para levar uma vida activa e saudável. Quanto à sua dimensão temporal, a insegurança alimentar pode ser crónica ou persistente, quando se refere à uma falta persistente de poder de compra ou outra forma de obtenção de alimentos, ou transitória, quando se regista uma falta temporária de poder de compra ou acesso a produtos alimentares, decorrente da inexistência de mecanismos por parte dos agregados familiares para fazer face às épocas de instabilidade na produção alimentar, devido à flutuação dos preços dos produtos alimentares ou dos rendimentos do agregado familiar. Tal pode ocorrer ciclicamente, como nas épocas de fome inter-colheitas, ou esporadicamente, quando se regista um choque externo (calamidades naturais).

⁴ As instituições do Governo representadas nesse grupo abrangem os Ministérios do Plano e Finanças (MPF), da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER), da Indústria e Comércio (MIC), do Turismo (MITUR), da Coordenação da Acção Social (MICAS), da Coordenação Ambiental (MICOA), das Obras Públicas e Habitação (MOPH), o Instituto Nacional de Gestão das Calamidades (INGC); os representantes das ONG's são a Visão Mundial, a Associação Moçambicana para o Desenvolvimento Rural (AMODER) e a Associação da Mulher Rural (AMRU). Este grupo inclui também a Universidade Eduardo Mondlane (UEM).

É neste âmbito que surge o interesse de desenvolver este trabalho, para procurar compreender em que medida as ONG's, enquanto parceiras do Estado e agentes promotores do desenvolvimento, têm contribuído para a promoção da segurança alimentar, complementando assim os esforços do Estado nesta área, num contexto em que Moçambique enfrenta ainda o problema da insegurança alimentar.

1.2 Justificação

Desde a década 70 do século XX, as teorias e as práticas da administração pública vêm conhecendo algumas transformações em face do surgimento do *Terceiro Sector*⁵ (o sector das ONG's), que passou a constituir um elo de ligação entre os sectores público e privado.

Neste âmbito, o agravamento das condições sociais, as falhas de mercado e a incapacidade do Estado em providenciar com eficiência e eficácia os serviços públicos criaram as condições objectivas para o surgimento e crescimento das ONG's, visando complementar as actividades de carácter público (Fumo, 1995).

Assim, no cenário actual de desenvolvimento do país, as ONG's constituem organizações que têm dado um contributo relevante na melhoria das condições de vida das comunidades, em particular as rurais. É neste sentido que, assumindo que as ONG's, tal como o governo, preocupam-se com a satisfação das necessidades básicas e com as questões que afectam o bem-estar social, torna-se fundamental que se façam estudos para compreender o papel que as ONG's desempenham no processo de desenvolvimento económico, no geral, e na promoção da segurança alimentar, em particular.

Por outro lado, visto que a literatura existente sobre a problemática do desenvolvimento rural apresenta uma lacuna no que tange especificamente ao papel que as ONG's desempenham na promoção da segurança alimentar das comunidades rurais, este estudo constitui uma contribuição para colmatar as lacunas ainda existentes em estudos de caso no país, particularmente no tocante à segurança alimentar.

⁵ O primeiro sector é o Estado e o segundo é o sector privado.

A escolha da área de segurança alimentar para realizar o estudo prende-se com o facto de que as questões relacionadas com a garantia da segurança alimentar constituem uma das dimensões fundamentais do processo de desenvolvimento económico, visto que o acesso a uma alimentação adequada e suficiente constitui uma necessidade humana básica e vital (Governo de Moçambique, 1998).

Escolheu-se uma zona rural (Marracuene) pelo facto de a pobreza constituir um fenómeno que se faz sentir com maior intensidade nas zonas rurais, embora afecte a maioria da população moçambicana, com cerca de 65% de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza (PNUD, 2001). A par disso, embora Marracuene seja uma zona rural, a sua proximidade geográfica em relação à capital do país faz com que este distrito sofra várias influências sócio-económicas do meio urbano.

A razão da escolha do período entre 2002 e 2003 para o presente estudo prende-se com o facto de o ProSAFASM⁶ (Projecto de Segurança Alimentar para as Famílias Afectadas pela Seca em Marracuene) ter sido implementado nesse período.

Para a Administração Pública, a relevância do estudo consiste no facto de que o mesmo constitui uma contribuição para o aprofundamento do papel que as ONG's jogam no processo de desenvolvimento rural, em geral, e na promoção da segurança alimentar, em particular.

1.3 Objecto de Estudo e Campo de Análise

O objecto de estudo deste trabalho é a intervenção das ONG's na promoção da segurança alimentar. A pesquisa cinge-se ao caso da intervenção da Intermón-Oxfam e Associação Positiva Juvenil (APOJ) na promoção da segurança alimentar das comunidades rurais em Marracuene, e centra a sua análise ao ProSAFASM.

⁶ Esta abreviatura é da inteira responsabilidade do autor deste trabalho.

A pesquisa foi realizada no distrito de Marracuene⁷, cingindo-se concretamente às comunidades rurais de Bolaze, Fonte Santa e Sibacusse, que fazem parte da localidade de Nhongonhane, e abrange o período compreendido entre 2002 e 2003.

1.4 Objectivos

O objectivo geral do presente trabalho é compreender em que medida as ONG's contribuem para a promoção da segurança alimentar das comunidades rurais.

Com este estudo, pretende-se, especificamente:

- Descrever as actividades desenvolvidas pela APOJ e compreender o grau de envolvimento das comunidades beneficiárias nessas mesmas actividades;
- Analisar a parceria entre a Intermón-Oxfam e a APOJ e o tipo de relacionamento que estas ONG's estabelecem com as autoridades locais (administrativas e comunitárias) e com os beneficiários do projecto;
- Avaliar os processos de concepção e implementação, a relevância, o impacto e a sustentabilidade do projecto da Intermón-Oxfam e APOJ na promoção da segurança alimentar.

1.5 Estrutura do trabalho

O trabalho contém seis capítulos. O primeiro é a introdução, onde constam a contextualização geral do tema, a motivação, a justificação, o objecto de estudo, os objectivos e o campo de análise; a metodologia, segundo capítulo do trabalho, contém a problemática e a questão de partida, as hipóteses de trabalho, as fontes consultadas, os instrumentos, o processo, os procedimentos e os constrangimentos da pesquisa; o terceiro capítulo é o enquadramento teórico e conceptual do trabalho; no quarto capítulo é feita uma

⁷ Vide em anexo o mapa do distrito de Marracuene (anexo 1).

VILANCULO, Carlos (2003). ONG's e seu Papel na Promoção da Segurança Alimentar: O Caso da Parceria INTERMÓN-OXFAM e APOJ em Marracuene (2002-2003)

contextualização da actuação das ONG's em Moçambique, particularmente a emergência destas organizações e o quadro legal e institucional em que elas operam; no quinto capítulo apresenta-se o estudo de caso; e no sexto capítulo constam a discussão das hipóteses de trabalho, as conclusões e as recomendações da pesquisa.

CAPÍTULO II

METODOLOGIA

2.1 Problemática e Questão de Partida

Dada a incapacidade dos governos em realizar todas as actividades necessárias para a promoção do desenvolvimento e da justiça social, a emergência das ONG's constitui uma proposta alternativa, à margem da esfera governamental, para a promoção do desenvolvimento económico e social, particularmente a favor dos segmentos sociais desfavorecidos, complementando assim os esforços das instituições governamentais (Tenório, 1997; Ball & Dunn, 1997).

Contudo, vários autores têm observado que as ONG's, cerca de meio século após o seu surgimento, estão ainda longe de garantir a almejada sustentabilidade das suas intervenções, a avaliar pela situação de pobreza que ainda aflige a maior parte da população mundial. É dentro desta linha que Major (1995:51) constata que “apesar de no Sul as ONG's, de modo geral, terem surgido para dar resposta a um leque de problemas enfrentados pelas populações, promovendo actividades para minimizar a pobreza e caminhar para a sustentabilidade sócio-económica, após cerca de 40 anos do movimento de ajuda ao desenvolvimento pode-se constatar que a maior parte das populações desses países continua numa situação de sobrevivência”.

Negrão (1997:121) escreve que o grande problema que constringe a eficácia das intervenções das ONG's está relacionado com o facto de estas organizações adoptarem “os ditames da moda”, ou seja, é a moda de desenvolvimento de cada época que “determina qual o pacote de acções a serem desenvolvidas junto das comunidades rurais”. Assim, as ONG's desenvolvem acções que se baseiam em pressupostos universais e irrealis, negligenciando as especificidades das regiões onde actuam.

Adam & Coimbra (1997:81,82) advogam que os resultados das actividades das ONG's em Moçambique são, na maior parte dos casos, muito fracos, pois estas organizações “(...)

implementam programas que deixam muito a desejar pela falta de consideração da realidade onde vão actuar, pela dependência que criam, pelo enfraquecimento das capacidades nacionais, pela confusão de objectivos, pela inadequação de métodos escolhidos para intervir e pela disponibilização errada de meios". Além disso, estes autores escrevem que as ONG's, no âmbito das suas acções, tentam resolver tudo, mas na prática acabam por não resolver nada e, não raras vezes, possuem agendas políticas pouco relevantes para o país.

Assim, não obstante as ONG's terem sido vistas como agentes cujo surgimento serviria para complementar as intervenções dos governos no processo de desenvolvimento sócio-económico e na promoção de uma cada vez maior justiça social, sobretudo nos países do Sul, na prática, porém, constata-se que a maior parte da população desses países continua a viver numa situação de pobreza, ou seja, a realidade indica para a ineficácia e falta de sustentabilidade das intervenções das ONG's.

Perante este cenário, parece imperioso procurar compreender os factores que estão por detrás desta situação e levantar questões sobre a actuação das ONG's. Será que a emergência das ONG's é uma alternativa viável para complementar os esforços dos governos na melhoria das condições sociais? Porque razões até a época actual, sensivelmente meio século após o surgimento das ONG's, as populações com quem estas organizações têm trabalhado continuam a viver numa situação de pobreza? Não seria de esperar que as condições de vida dessas populações tivessem melhorado com a emergência das ONG's, se se atender ao facto de que avultadas somas de recursos financeiros têm sido alocadas para estas organizações pelos governos ocidentais? As ONG's internacionais não serão apenas instrumentos ao serviço dos governos ocidentais para perpetuar o fosso entre o Norte e o Sul, visto que parte significativa dos fundos alocados aos projectos de ajuda e de desenvolvimento retornam ao Norte, através da assistência técnica e aquisição de equipamentos?

Assim, como fio condutor desta pesquisa tem-se como questão de partida: *em que medida as intervenções da Intermón-Oxfam e APOJ na promoção da segurança alimentar em Marracuene podem ser consideradas eficazes e sustentáveis?*

2.2 Hipóteses de Trabalho

Para orientar a pesquisa realizada, teve-se como hipóteses:

- Devido às calamidades naturais e à deficiente coordenação entre a Intermón-Oxfam, a APOJ, as autoridades administrativas de Marracuene e os beneficiários do projecto, as acções da Intermón-Oxfam e APOJ na promoção da segurança alimentar são ineficazes.
- O limitado envolvimento dos beneficiários do projecto no processo de tomada de decisões no âmbito da elaboração e implementação do projecto dificulta a eficácia e a sustentabilidade das acções da Intermón-Oxfam e APOJ na promoção da segurança alimentar.

2.3 Fontes Consultadas

Para a realização da pesquisa fez-se uma revisão da literatura, abrangendo: i) obras sobre desenvolvimento rural, onde foram discutidas as várias perspectivas de análise e visões sobre a problemática de desenvolvimento rural no país, salientando as intervenções das ONG's neste campo; ii) obras sobre ONG's, onde se procurou recolher informações sobre o conceito e as intervenções das ONG's na promoção do desenvolvimento, incluindo os seus pontos negativos e positivos; iii) obras sobre segurança alimentar, onde se privilegiou a recolha de informações sobre o conceito e a situação alimentar de Moçambique e do distrito de Marracuene; e iv) documentos primários sobre o projecto, nomeadamente o documento do projecto, bem como os relatórios sobre o mesmo.

A par destas fontes bibliográficas, recorreu-se a entrevistas: i) aos gestores e técnicos do projecto em análise; ii) às autoridades locais (administrativas e comunitárias); e iii) aos

beneficiários do projecto (camponeses do sector familiar, incluindo homens, mulheres e jovens)⁸.

2.4 Instrumentos de Pesquisa

Após a revisão da literatura, a recolha de informação durante o trabalho de campo baseiou-se: i) nas entrevistas semi-estruturadas e ii) na observação directa.

A razão de escolha das entrevistas semi-estruturadas assentou na “ (...) flexibilidade e fraca directividade do dispositivo, que permite recolher os testemunhos e as interpretações dos interlocutores (...)” (Quivy & Campenhout, 1992:195). Em termos práticos, isso significa que este tipo de entrevistas, dadas estas características, foi o mais adequado para a pesquisa, pois permitiu recolher as sensibilidades e interpretações dos diversos actores sobre o projecto em análise, o que se afigurou importante para compreender o mesmo .

A observação directa das acções da Intermón-Oxfam e APOJ consistiu nas visitas aos campos de multiplicação de vegetais, canais de irrigação e as ruas abertas no âmbito do projecto. A vantagem deste instrumento de pesquisa (observação directa) reside no facto de ser um meio privilegiado para a captação dos acontecimentos e comportamentos dos actores sociais no momento em que eles ocorrem, sem a intermediação de um documento ou testemunho, o que confere maior autenticidade à pesquisa (...)” (Quivy& Campenhout, 1992). Na prática, a observação directa serviu como instrumento de auxílio às entrevistas semi-estruturadas, no sentido de que permitiu confrontar os depoimentos dos vários actores envolvidos no projecto com a realidade visualizada no terreno, o que contribuiu para a compreensão do projecto.

⁸ Em anexo vide a lista de entrevistados (anexo 2) e o guião de entrevistas (anexo 3) .

2.5 Processo e Procedimentos da Pesquisa

O trabalho de pesquisa comportou 3 fases:

— **Formulação do protocolo de pesquisa:** consistiu na realização da pesquisa exploratória preliminar e consequente definição do tema, problema, objecto, objectivos e hipóteses do estudo. Esta fase decorreu entre os meses de Janeiro e Fevereiro.

— **Revisão da literatura:** recolha, análise, selecção e sistematização de toda a informação relevante sobre o tema em estudo. Esta fase decorreu de Fevereiro a Abril nas bibliotecas da UFICS, Letras, CEA, Link⁹, FAEF e MADER.

— **Trabalho de campo:** consistiu na obtenção de documentos primários do projecto em análise e na realização de entrevistas e observação directa das acções da APOJ no local de implementação do projecto em estudo. Esta fase teve a duração de 21 dias (decorreu entre 30 de Abril e 19 de Maio).

— **Elaboração do trabalho final:** constituiu a última fase do trabalho e consistiu na análise e discussão de toda a informação recolhida nas 2 fases anteriores. Nesta fase procurou-se, à luz das abordagens teóricas e visões dos autores referenciados no trabalho, analisar e discutir as informações recolhidas durante as entrevistas e observação directa das acções da APOJ. Esta fase teve início em Maio e terminou em Agosto.

Durante o trabalho de campo, fizeram-se 4 entrevistas colectivas e 9 entrevistas individuais aos beneficiários do projecto, totalizando uma amostra de 21 camponeses, cuja escolha obedeceu a critérios de género, idade e estatuto na comunidade. Quer dizer, procurou-se no máximo possível incluir, nas entrevistas, homens e mulheres, jovens e adultos, líderes comunitários e “simples” camponeses. O tamanho da amostra foi definido tendo em consideração o tempo disponível para realizar a pesquisa Naquele(s) caso(s) em que o(s) entrevistado(s) não podia(m) comunicar-se em língua portuguesa, usou-se a língua local.

⁹ Link é um fórum de ONG's e tem como papel a coordenação de acções entre as ONG's, e entre estas e o governo.

As entrevistas feitas aos gestores e técnicos do projecto e às autoridades administrativas do distrito de Marracuene foram todas individuais e abrangeram 9 indivíduos, dentre os quais 2 funcionários do governo de Marracuene e 7 gestores e técnicos do projecto. Durante o trabalho de campo, foram entrevistadas no total 34 pessoas.

Para medir o impacto das acções da Intermón-Oxfam e APOJ e operacionalizar a pesquisa usaram-se como indicadores de segurança alimentar a disponibilidade de alimentos e o acesso físico e económico aos mesmos pelos beneficiários, no quadro do projecto.

2.6 Constrangimentos da Pesquisa

O presente estudo deparou-se com vários constrangimentos. Na fase de revisão da literatura houve impossibilidade de acesso a algumas obras de grande relevância para a pesquisa devido à inexistência das mesmas nas bibliotecas, por razões de vária ordem.

Na fase do trabalho de campo, a inexistência de alguns dados quantitativos, nomeadamente sobre a produção e comercialização agrícolas e reservas alimentares das comunidades beneficiárias do ProSAFASM, constituiu um constrangimento para a avaliação da implementação e do impacto do projecto em análise. Para contornar este constrangimento, a avaliação baseiou-se em dados qualitativos, concretamente as sensibilidades e percepções dos actores envolvidos neste projecto (membros da Intermón-Oxfam e APOJ, autoridades administrativas e comunitárias do distrito de Marracuene e os beneficiários do projecto) e na observação directa das acções da Intermón-Oxfam e APOJ.

CAPÍTULO III

QUADRO TEÓRICO-CONCEPTUAL

3.1 Enquadramento Teórico

A impotência dos Estados em realizar todas as actividades necessárias ao desenvolvimento económico e social e o conseqüente surgimento e crescimento das ONG's, como actores alternativos na resolução de problemas sociais, abriram um espaço de debate em torno da importância destas organizações na sociedade. É nesta linha que Jain (1995) advoga a existência de um consenso crescente entre académicos, governos, agências doadoras e organizações internacionais sobre a importância das ONG's no processo de desenvolvimento.

Para Kulipossa (1997), as ONG's desempenham um importante papel na busca do possível equilíbrio entre o Estado e a sociedade civil, indispensável para a vida política e económica das sociedades democráticas, pois estas organizações encarnam os problemas sociais e económicos que afectam as populações, estimulam a participação política dos cidadãos, ao fornecerem a estes as bases sobre a democracia, e constituem focos de formação e capacitação de organizações da sociedade civil para intervir no processo de solução dos problemas das populações e na transformação dessas necessidades em exigências políticas aos decisores. Por outro lado, as ONG's são instrumentos de controlo das políticas governamentais, cabendo a elas a legitimação ou não dessas políticas junto das populações.

Kulipossa (1997) observa, contudo, que, embora as ONG's tenham surgido como representantes dos interesses das populações, tal representação ficou, algumas vezes, viciada pela busca da satisfação de interesses próprios. Outras vezes, porém, as ONG's promovem efectivamente os interesses das populações e constituem veículos dos cidadãos na formulação de exigências políticas aos decisores políticos.

As ONG's são importantes no processo de desenvolvimento na medida em que representam os pontos de vista e os interesses das populações junto do governo, ou seja constituem o elo

de ligação entre as comunidades locais e o governo. Neste sentido, afigura-se necessário um acordo de princípios e uma coordenação de esforços entre o governo e as ONG's, que deverão trabalhar como parceiros, cada um fazendo aquilo que faz melhor e complementando os esforços do outro (Camay & Gordon, 1997)

Quando comparadas com o governo, as ONG's possuem certas vantagens no quadro da promoção do desenvolvimento pois elas têm com alvo os mais pobres ou as comunidades que têm pouco acesso aos recursos de desenvolvimento, concentram as suas actividades ao nível micro ou local e optam por uma abordagem participativa nas suas intervenções. As ONG's promovem a democracia, e tal como os governos contribuem para o processo de desenvolvimento, mas por si sós não podem solucionar os problemas que vão surgindo ao longo deste processo (idem).

Major (1995), por seu turno, advoga que o surgimento das ONG's constitui um marco importante na medida em que vem propondo mudanças significativas nas estratégias de desenvolvimento, orientando-as no sentido do fortalecimento institucional das organizações de base e ainda no desenvolvimento da democracia e reforço da sociedade civil, visando fazer com que o países pobres e as suas populações assumam a responsabilidade que lhes cabe na gestão dos projectos sociais e económicos, numa perspectiva endógena, sustentável e integrada.

Ball & Dunn (1997) defendem que as ONG's formam um sector distinto no seio da sociedade civil por possuírem como centro das suas actividades o segmento dos desfavorecidos ou pela sua larga preocupação por questões que afectam o bem estar das pessoas e desempenham um papel fundamental na sociedade, pois promovem várias acções visando o bem estar social. Desta forma, estimulam e expandem práticas democráticas.

As ONG's são as pioneiras de uma nova abordagem de desenvolvimento, que enfatiza a necessidade de trabalhar com as pessoas, ao invés de institucionalmente trabalhar para elas. O surgimento das ONG's pode ser visto como uma manifestação da nova forma de pensar sobre o papel do Estado, que deve ser mais de fazedor de políticas do que de fornecedor de

bens e serviços. Observam, contudo, que a despeito da expansão das ONG's como um sector importante da sociedade civil são poucas as que têm definido o seu escopo de trabalho, o que origina confusões sobre o seu papel e suspeitas por parte de alguns governos, que as vêem como uma ameaça (idem).

Negrão (1997) por seu turno, advoga que a ajuda ao desenvolvimento rural via ONG's é positiva, na medida em que cria um maior envolvimento e responsabilização da sociedade civil e aumenta a eficiência por causa da dimensão relativamente pequena das actividades e da participação directa dos beneficiários na escolha, uso, aplicação e desenvolvimento dos bens e serviços.

Porém, este autor nota que um dos pontos negativos das ONG's reside no facto de elas seguirem os ditames das modas do desenvolvimento rural¹⁰, cuja fragilidade é a sua universalidade, negligenciando assim as especificidades de cada região. No seu discurso, contudo, as ONG's são criticas em relação às modas. Isto significa que há uma contradição entre a teoria e a prática das ONG's. Além disso, em Moçambique, muitas ONG's têm a tendência de pôr em causa o poder das instituições governamentais, usam ineficientemente o seu capital e partem de pressupostos irrealistas sobre a realidade, devido à ausência de estudos de viabilidade para as suas actividades.

As ONG's promovem as suas actividades recorrendo aos recursos do seu ambiente externo, como sejam as agências doadoras, autoridades governamentais e contribuições sociais voluntárias. Esta dependência em relação aos recursos externos tem influenciado negativamente as suas intervenções, pois algumas ONG's sacrificam as suas estratégias baseadas nas experiências com as comunidades com quem trabalham em troca da sua própria sobrevivência (Gangrade & Socryamoorthy, 1995).

¹⁰ Negrão (1997) escreve que desde os anos de 1950 até hoje sucederam-se várias modas de desenvolvimento rural, como sejam o cooperativismo, a transferência de tecnologias do Norte para o Sul, a rápida industrialização do Sul, o investimento na formação do capital humano, a urgência de se atenderem às necessidades básicas, a plena utilização do trabalho por via do alto emprego, a concessão de crédito aos pequenos agricultores em geral e às mulheres em particular, o desenvolvimento tecnológico e a necessidade de construção de estradas, o desenvolvimento sustentável e a necessidade de posse de um título de terra para desenvolver a actividade agrícola.

Para Adam & Coimbra (1997), as actividades das agências internacionais e ONG's têm aspectos tanto positivos como negativos em Moçambique. Por um lado, elas promovem a defesa de valores como os direitos humanos e a paz, criam uma nova consciência sobre o uso da terra e do meio ambiente e disseminam idéias e modas de desenvolvimento. Além disso, desde o Acordo Geral de Paz contribuíram para o aumento do fluxo de ajuda internacional ao desenvolvimento e colaboraram com o Estado na realização de várias acções em prol do desenvolvimento do país.

Todavia estes autores observam que também há várias deficiências na actuação das ONG's internacionais em Moçambique. A mais importante delas é o que eles denominam por *síndrome do pai natal* que consiste no facto de as ONG's, no âmbito das suas acções, tentarem resolver tudo, acabando na prática por não resolver nada. Por outro lado, o discurso destas organizações segundo o qual elas têm abrangido as regiões e as populações mais pobres e necessitadas é um mito, pois na prática elas estão presentes em maior número nas regiões mais ricas, em termos de infra-estruturas sócio-económicas, qualidade dos solos, água, dentre outros aspectos. Acresce-se a isso o facto de frequentemente essas organizações possuírem agendas políticas que muitas vezes são pouco relevantes para o país.

Adam & Coimbra (1997) notam ainda que a qualidade dos projectos das ONG's e os seus resultados são geralmente bastante fracos. A falta de consideração da realidade onde actuam, a confusão de objectivos, os inadequados métodos de intervenção, a má gestão dos recursos financeiros, a má programação dos investimentos, a disponibilização errada de meios e a ausência ou fraca qualidade dos estudos de viabilidade são alguns factores que explicam esta situação.

As parcerias que as ONG's internacionais estabelecem com as ONG's locais têm como vantagens o fato de responderem às necessidades e anseios das comunidades, grupos e regiões normalmente situadas fora da agenda e das preocupações do governo, e de tornarem a elaboração e a implementação dos projectos mais exequíveis. A implementação de actividades que não respeitam os planos e prioridades nacionais e o abandono da

procedimentos técnicos por parte das ONG's constituem as desvantagens dessas parcerias (idem).

Convergindo para a relação entre as ONG's internacionais e as ONG's locais, estes autores notam que tal relação é assimétrica, em virtude de as ONG's locais dependerem dos recursos financeiros das ONG's internacionais para realizar as suas actividades. Na mesma linha, Kulipossa (1997), advoga que, em virtude dessa dependência, há um espírito paternalista das ONG's nacionais em relação às ONG's internacionais.

Fumo (1995:58) refere que, quando se aborda a relação de parceria entre as ONG's internacionais e as ONG's nacionais, a questão fundamental é compreender em que medida estas não são apenas “ (...) o braço executivo das filosofias, programas e prioridades das ONG's doadoras”. Assim, este autor “convida” as ONG's nacionais a reflectirem sobre como alcançar a sua auto-sustentabilidade financeira, e propõe que o ponto de partida para tal situação é “(...) uma boa capacidade de organização institucional que permita à organização ser capaz de mobilizar e utilizar racionalmente os recursos disponíveis interna e externamente. Isto significa boa qualidade de programas, boa gestão e muita capacidade de iniciativa”.

Brito (1995) advoga que, embora as ONG's nacionais partilhem a mesma preocupação do governo na promoção do desenvolvimento, elas enfrentam os mesmos constrangimentos que afligem àquela, nomeadamente a extrema dependência em relação aos recursos externos, a debilidade organizativa e a falta de tradição na promoção de iniciativas que operem no sector informal. Para este autor, as ONG's moçambicanas devem definir estratégias exequíveis e coerentes com a realidade do país e encontrar formas de comunicação, coordenação e cooperação por forma a sair desta situação.

Para Adam e Coimbra (1997), as ONG's poderão desempenhar um papel importante se actuarem em regiões mais pobres e se optarem por actividades que sejam negociadas com os beneficiários e que respondam às suas necessidades. Por outro lado, o aumento da

qualidade e a maximização dos impactos positivos das ONG's passam por uma transformação radical dos seus procedimentos e formas de funcionamento.

Alves (1996) observa que as ONG's são apologistas do paradigma organizacional e comportamental, que tem como foco as instituições e os grupos sociais desfavorecidos e procura apoiar a sua autodeterminação. Assim, as ONG's desenvolvem actividades de âmbito local, sendo que o desenvolvimento é visto como um processo que tem como base os projectos de pequena escala ao nível local. Além disso, as ONG's intervêm em sectores produtivos, levando a cabo projectos que visam estabelecer um equilíbrio entre a subsistência e a satisfação das necessidades básicas, por um lado, e o fortalecimento do mercado através da produção de excedentes, por outro, no sentido de salvaguardar a sustentabilidade desses projectos a longo prazo.

Alves (1996) defende a existência da corrente neo-liberal dos doadores, apologista da "Teoria do Contrato Falhado". Para esta corrente, as ONGs constituem uma alternativa de desenvolvimento de confiança, dado os elevados riscos de atitudes abusivas por parte dos agentes dos sectores público e privado. Assim, as actividades das ONG's enquadram-se num contexto de minimização do papel do Estado e em que o sector privado é altamente insignificante. O desenvolvimento rural, para esta corrente, só é possível se as ONG's estiverem inseridas na comunidade e se houver participação comunitária nos projectos que afectam as comunidades. Contudo, deverá haver pouca ou nenhuma intervenção das instituições estatais. É, pois, a continuação do anti-estatismo liberal. As ONG's encontram-se, assim, numa situação de competição com o Estado e com os agentes privados.

Uma outra corrente concebe o desenvolvimento como um processo de redistribuição de poder, enfatizando a dimensão humana e o *empowerment* dos actores locais. Os teóricos desta corrente defendem que as ONG's são uma força política e social para o fortalecimento do pluralismo. Há, assim, necessidade de participação comunitária nos projectos de desenvolvimento e redução do poder do Estado perante as comunidades.

Para Abrahamsson & Nilsson (1994) e Chambers (1995), as intervenções de desenvolvimento realizadas tanto por ONG's quanto por organizações governamentais são mais eficazes quando estão orientadas mais para actividades que geram rendimentos, comerciais e produtivas, do que para bens de consumo imediato. Este processo deve ser complementado pela existência de agentes e infra-estruturas sociais e comerciais nessas regiões, o que irá beneficiar tanto as comunidades locais quanto as finanças públicas.

Com base no exposto, pode-se concluir que as ONG's, através das suas intervenções, jogam um papel extremamente importante na melhoria das condições de vida das comunidades rurais e urbanas, particularmente no seio dos desfavorecidos; complementam as actividades do governo no processo de desenvolvimento; promovem a democracia, o bem-estar social e a defesa de valores como os direitos humanos e a paz; reforçam a sociedade civil ao criarem um maior envolvimento e responsabilização desta nas acções de desenvolvimento; e constituem focos de criação e fortalecimento de organizações da sociedade civil que podem intervir no processo de desenvolvimento.

Contudo, as intervenções das ONG's só serão eficientes, eficazes e sustentáveis se houver participação das comunidades beneficiárias no processo de tomada de decisão sobre todas as questões que as afectam, nomeadamente a concepção, a implementação e avaliação dos projectos de desenvolvimento; se houver acordo de princípios, parceria e coordenação de acções entre as ONG's, as autoridades governamentais e as comunidades beneficiárias; se as ONG's respeitarem as especificidades das regiões-alvo; se as agendas das ONG's forem relevantes para as populações beneficiárias; se houver qualidade nos estudos de viabilidade dos projectos das ONG's; e se as suas intervenções estiverem mais orientadas para aquelas actividades que geram rendimentos do que para bens de consumo imediato.

No atinente à parceria entre as ONG's internacionais e moçambicanas, a literatura indica a existência de relações assimétricas, no sentido de que existe uma extrema dependência financeira das ONG's nacionais em relação às ONG's internacionais. Por outro lado, as ONG's moçambicanas são caracterizadas por uma certa debilidade organizativa e falta de tradição de trabalho com as comunidades locais.

Para sair da situação de dependência em que se encontram, as ONG's nacionais deverão definir estratégias internas exequíveis e coerentes, partindo de uma boa organização institucional, cooperação e troca de experiência entre elas, mobilização e uso racional de recursos, boa qualidade de programas e muita capacidade de iniciativa.

Este trabalho não se baseia numa perspectiva teórica "genúfna", mas nas múltiplas visões e perspectivas teóricas aqui discutidas, visto que as mesmas revelam-se mais abrangentes para compreender as intervenções das ONG's na promoção do desenvolvimento.

3.2 Quadro Conceptual

Neste subcapítulo serão definidos os principais conceitos a usar no trabalho. Os outros conceitos serão definidos ao longo do trabalho, se tal se justificar.

Desenvolvimento. Há várias ideias por detrás da expressão "desenvolvimento". A Comissão Sul (1991), concebe o desenvolvimento como um processo por via do qual se torna possível que os seres humanos realizem o seu potencial, ganhem auto-confiança e vivam as suas vidas em dignidade e para a plena realização de si mesmos. Para esta comissão, o desenvolvimento pressupõe uma auto-confiança crescente, tanto individual como colectiva.

Endberg (1990), advoga que o desenvolvimento consiste na melhoria do padrão de vida de sociedades, comunidades, famílias e pessoas. Tal padrão de vida pode ser mensurado em termos de renda (em dinheiro ou em espécie), de educação, de longevidade saudável, de bem-estar físico e espiritual, de inclusão social. Com o desenvolvimento são alcançados benefícios económicos e sociais para todas as pessoas, a vários níveis: nacional, regional, distrital, comunitário, doméstico e individual.

Chonguiça (1997) vê o desenvolvimento como um processo que consiste na implementação de sistemas de produção que assegurem a satisfação crescente das necessidades básicas da sociedade, tais como a alimentação/ nutrição, habitação, saúde, educação, energia, segurança e recreação. Esta definição, ao incluir a alimentação e a nutrição, aspectos

intimamente relacionados com a segurança alimentar, como necessidades básicas da sociedade, afigura-se a mais adequada para usar neste trabalho.

ONG. O termo "ONG" é, na actualidade, definido de várias formas por diferentes autores. Para Ginja, citada por Monteiro (1995a:29), as ONG's podem ser entendidas como "organizações que não fazem parte do governo, não são partidárias, são voluntárias e dedicam-se ao desenvolvimento nacional ou regional e podem receber ajuda internacional".

Brito (1995) defende que a expressão ONG designa qualquer "organização privada, voluntária e sem fins lucrativos, com o objectivo de promover os interesses e responder às necessidades de grupos mais largos que o conjunto dos seus membros".

Monteiro (1995a:29) refere que as ONG's são organizações que: i) se localizam na esfera da sociedade civil; ii) não são lucrativas; iii) vivem de contribuições pecuniárias e materiais de origem nacional e internacional, sendo que tais recursos são de novo transferidos à sociedade, sob a forma de donativos, ajuda institucional ou ajuda concreta aos projectos de desenvolvimento; iv) estão ligadas à sociedade por laços de solidariedade e orientam-se no sentido de satisfação de necessidades, tomando em conta os valores e as finalidades.

À luz destas definições, pode-se afirmar que as ONG's, são organizações: i) privadas; ii) voluntárias; iii) não lucrativas; iv) que estão relacionadas e ligadas à sociedade ou comunidade através de actos de solidariedade; v) que não servem os interesses dos seus próprios membros, mas se preocupam em promover os interesses e responder às necessidades dos grupos sociais desfavorecidos e/ou da sociedade como um todo.

Segurança Alimentar. Rukini & Bernstein, citados por Artur (2000:6), defendem que "a segurança alimentar será alcançada quando todos agregados familiares tiverem a habilidade de adquirir uma adequada quantidade de calorias através da dieta durante todo o ano".

Por seu turno, o Banco Mundial, com base num estudo realizado em 1986, defende que “uma sociedade dispõe de segurança alimentar quando satisfaz não somente as necessidades nutricionais dos seus membros, mas desenvolve também estruturas internas que lhe permitem manter reservas alimentares em períodos de crises” (Lisboa, 2000:12).

Para o MPF (1998), a segurança alimentar refere-se a uma situação na qual se encontra assegurado, para todos os cidadãos e a todo o momento, o acesso físico e económico aos alimentos necessários para uma vida activa e saudável. Tal passa pela ocorrência de:

- *Disponibilidade* de alimentos em quantidade, qualidade e variedade;
- *Acessibilidade*: existência de oferta, quer por produção doméstica autónoma pelas famílias, quer por aquisição no mercado da produção nacional e/ou de importações; e,
- *Utilização* apropriada dos mesmos, no sentido de uma adequada absorção dos nutrientes, o que se processa num plano familiar.

Neste trabalho, a segurança alimentar será entendida como o acesso físico e económico de todos os indivíduos do agregado familiar, a todo o momento, à alimentação suficiente e adequada para levar uma vida digna.

Parceria. Na terminologia de desenvolvimento, a parceria pode ser entendida como um compromisso mútuo a longo prazo, para uma cooperação, baseando-se numa visão comum de respeito e conhecimento recíproco das forças e fraquezas de cada uma das partes envolvidas nesse compromisso (Silva, 1995).

A solidariedade mútua, a colaboração prática, o crescimento conjunto, o respeito recíproco pelas diferenças, o envolvimento activo dos beneficiários, a contribuição de cada uma das partes tendo como base as suas capacidades e potencialidades, a transparência dos interesses de cada parte, a ênfase no consenso, a complementaridade de objectivos e metas por alcançar e a confiança mútua são, assim, os requisitos para uma relação de parceria (idem).

Na linha de Valá (1999a), advoga-se que a parceria no desenvolvimento constitui o único caminho viável a seguir se, efectivamente, se pretende o desenvolvimento das comunidades rurais”.

Empowerment. O termo *empowerment*, também denominado *capacitação*, tem sido muito usado actualmente na terminologia de desenvolvimento para descrever o processo de reforço das capacidades e do poder dos actores locais, no quadro de qualquer intervenção de desenvolvimento (Valá, 1999b; Camay & Gordon, 1997). O *empowerment* das comunidades locais é assim uma ferramenta fundamental na prossecução da sustentabilidade dos projectos das ONG's, no sentido de que a comunidades fica munida de “instrumentos para que se possa desenvolver a si própria e por si própria” (Camay & Gordon, 1997:3).

Sustentabilidade. O conceito de sustentabilidade refere-se ao facto de, em qualquer acção humana, sempre ter em conta o presente e o futuro, ou seja, qualquer recurso deve ser usado e gerido por forma a que satisfaça as necessidades do presente, sem, todavia, comprometer a possibilidade de as gerações vindouras também satisfazerem as suas necessidades (LINK, 2000).

Deste modo, sustentabilidade não significa apenas viabilidade económica ou auto-suficiência financeira. A sustentabilidade pressupõe também uma boa capacidade de organização institucional, que permita que uma organização seja capaz de mobilizar e usar racionalmente os recursos disponíveis, interna e externamente (LINK, 2000).

Do ponto de vista humano, a sustentabilidade estará presente apenas quando “(...) os membros e as comunidades estão sempre envolvidas em todas as etapas de implementação de qualquer que seja o empreendimento, desde a sua fase inicial até a implementação e consultadas quando se pretende tomar qualquer decisão que ponha em causa a instituição ou o projecto a que elas estejam envolvidas” (LINK, 2000:3).

Do ponto de vista financeiro, "a sustentabilidade é entendida como sendo a capacidade de as ONG's cobrirem os custos do seu funcionamento e simultaneamente serem capazes de gerar fundos que permitam a manutenção das suas actividades e propor novas actividades que sejam geradoras de fundos" (LINK, 2000:4).

Para este trabalho, a sustentabilidade será entendida como a continuação dos benefícios de um projecto após o seu término. Isso significa que o projecto deve: i) corresponder às políticas locais; ii) estar em conformidade com ou fortalecer a capacidade institucional; iii) ser económica e financeiramente viável; iv) ser apropriado ao contexto sócio-cultural local; v) estar baseado na participação dos beneficiários na sua elaboração, implementação e avaliação; vi) estar baseado na participação tanto de homens como de mulheres; vii) resultar em impactos positivos para o meio ambiente; e viii) aplicar uma tecnologia apropriada (MNEF, 1997:32,64).

Participação. O conceito de participação tem sido definido de várias formas, consoante os contextos em que é aplicado. Na terminologia de desenvolvimento, e para o caso deste trabalho, a participação refere-se ao envolvimento dos beneficiários de qualquer intervenção de desenvolvimento no processo de tomada de decisão sobre todas as questões que os afectam, desde o planeamento, a implantação, o controlo, a direcção e o usufruto dos benefícios do projecto (Chichava, 1999; Alves, 1996).

A participação baseia-se no uso da experiência e conhecimentos dos participantes e é uma das componentes principais que determinam o sucesso dos projectos das várias agências de desenvolvimento, incluindo ONG's. A participação comunitária permite a valorização do saber local e a distribuição justa dos benefícios dos projectos, promove a sustentabilidade dos projectos e garante a sua aceitação pela comunidade (Pretty et al., 1995).

Comunidade. O conceito de comunidade é usado em vários sentidos, consoante as áreas e os ramos do saber. Aqui a comunidade será entendida como o conjunto de pessoas que vivem numa certa área residencial e que estabelecem uma relação com qualquer organização de desenvolvimento, quer seja governamental, quer seja não governamental. A

área residencial referida pode ser uma aldeia, um bairro, um distrito, um município, um Estado-nação (Chichava, 1999). Para o caso deste trabalho, a área residencial refere-se a uma localidade (Nhongonhane) de um distrito (Marracuene).

Eficiência e Eficácia. Tenório (1998) defende que a eficiência consiste em usar racionalmente os recursos disponíveis para alcançar certos objectivos previamente estabelecidos, enquanto que a eficácia é precisamente o alcance de tais objectivos. A eficiência tem, portanto, a ver com os meios, e a eficácia diz respeito aos fins.

As medidas de eficiência e eficácia variam de organização para organização. Contudo, Tenório (1998) refere que a capacidade de uma organização de atender as demandas da sociedade é um aspecto fundamental em qualquer exercício de avaliação. É o que ele denomina *efectividade*.

CAPÍTULO IV

CONTEXTO DE ACTUAÇÃO DAS ONG's EM MOÇAMBIQUE

4.1 Emergência das ONG's em Moçambique

Após a conquista da independência nacional, em 1975, a FRELIMO adoptou, no seu III Congresso em 1977, uma estratégia de desenvolvimento centrada no Estado, a quem cabia a planificação e o exercício de toda a actividade económica¹¹ (Abrahamsson & Nilsson, 1994).

Se, por um lado, o Estado exercia uma intervenção directa na economia do país, por outro, o partido no poder "(...) controlava e dirigia toda a participação associativa, o que não estimulou muito o surgimento livre e espontâneo de iniciativas auto-organizadas da sociedade civil nos moldes do que hoje se chama de ONG's" (Fumo, 1995:57). Quer dizer, as organizações sociais que emergiram nessa altura¹² eram directa ou indirectamente formadas em torno e sob orientação da FRELIMO, sendo um dos seus papéis o de enquadrar os vários segmentos populacionais na vida política, económica, social e cultural do país e difundir a ideologia do partido no poder, dentro e fora do país. O partido e o Estado eram, deste modo, os únicos intervenientes de vulto na vida política, económica, social e cultural do país.

Embora no período compreendido entre 1975 e 1981 esta estratégia de desenvolvimento estivesse a dar sinais positivos¹³, a partir de 1981 o desenvolvimento económico de Moçambique começou a mostrar uma tendência decrescente. À crise económica que se

¹¹ Tal estratégia viria a culminar com a aprovação, em 1979, do Plano Prospectivo Indicativo (PPI), cujo objectivo central era eliminar o subdesenvolvimento em 10 anos (Abrahamsson & Nilsson, 1994).

¹² Pode-se citar, como exemplos deste tipo de organizações, as chamadas ODM's (Organizações Democráticas de Massas): a OMM (Organização da Mulher Moçambicana), a OJM (Organização da Juventude Moçambicana), a OTM (Organização dos Trabalhadores de Moçambique), a ONP (Organização Nacional de Professores), entre outras.

¹³ Dentre outros aspectos, houve aumento da exportação em 83% entre 1977 e 1981, expandiram-se os sistemas educacional e sanitário e aumentaram os níveis de produção tanto na agricultura quanto na indústria.

instalou no país juntaram-se a seca persistente e o conflito armado, que vieram a agravar ainda mais a precária situação sócio-económica que se vivia na altura (idem).

Estes factores, aliados às transformações na conjuntura política internacional, concorreram para a implementação de reformas políticas e económicas, que se traduziram na adopção do multipartidarismo e da economia de mercado (Fumo, 1995).

Deste modo, em 1984 o país aderiu às instituições de Bretton Woods (Banco Mundial e FMI) e, em 1987, aprovou o PRE, de orientação neoliberal (Abrahamsson & Nilsson, 1994). Em 1990, aprovou a nova Constituição da República, que, no seu artigo 76º, passa a reconhecer a liberdade de associação e o direito de as organizações sociais e as associações realizarem actividades visando alcançar os seus objectivos específicos.

Neste âmbito, “o peso social das medidas de reajustamento estrutural, a deterioração do nível de vida da maioria dos moçambicanos, a exiguidade dos recursos do Estado e a não motivação do sector privado para investir em sectores não lucrativos criaram uma necessidade objectiva para a organização da sociedade civil em grupos que pudessem intervir em defesa dos seus interesses ou dos interesses de grupos sociais desfavorecidos” (Fumo, 1995:58).

Isso significa que, se antes a actividade económica era planificada e exercida pelo Estado, com estas reformas é criado o espaço para a participação activa das organizações da sociedade civil no processo de desenvolvimento económico em Moçambique.

É neste contexto sócio-económico, e à luz da nova CRM, aprovada em 1990, que vêm emergindo no país várias ONG's nacionais e internacionais que desenvolvem diversas actividades em prol do desenvolvimento económico do país.

De uma forma geral, pode-se, portanto, argumentar que, para além das repercussões da crise do petróleo à escala mundial, a presença das ONG's internacionais em Moçambique deve-se: i) à crise económica que assolava o país, agravada pela seca e pelo conflito armado

entre o governo e a RENAMO, o que foi determinante para que o governo passasse a considerar a ajuda externa como imprescindível no processo de desenvolvimento; ii) à não motivação do sector privado para investir em sectores não lucrativos e à deterioração do nível de vida dos moçambicanos; iii) a razões humanitárias, quer dizer, os países desenvolvidos sentiram-se na obrigação de apoiar os segmentos sociais desfavorecidos e os países subdesenvolvidos; iv) a razões ecológicas, pois o progresso técnico-científico fez com que o relacionamento entre o Homem e a Natureza criasse uma crise ecológica cuja gravidade extravasa os limites de um país, transformando-se num problema global da humanidade, o que justificou o surgimento de ONG's orientadas à defesa do meio ambiente (Abrahamsson & Nilsson, 1994; Kulipossa, 1995; Fumo, 1995).

4.2 Quadro Legal e Institucional de Actuação das ONG's em Moçambique

Na maior parte das sociedades hodiernas, caracterizadas pelo pluralismo democrático, vários são os direitos e liberdades legalmente concedidos aos cidadãos, individual e colectivamente. À luz da liberdade de associação, que constitui uma dessas liberdades, emergem as ONG's, que constituem importantes forças da sociedade civil.

Em Moçambique, a Constituição da República, no seu artigo 76°, estabelece que:

1. *"Os cidadãos gozam de liberdade de associação".*
2. *"As organizações sociais e as associações têm o direito de prosseguir os seus fins, criar instituições destinadas a alcançar os seus objectivos específicos e possuir património para a realização das suas actividades, nos termos da lei".*

À luz da Constituição da República surge a lei 8/91, de 18 de Julho, que regula o livre associativismo no território nacional¹⁴. No seu artigo 4° esta lei preceitua a constituição de associações como pessoas jurídicas e concebe as ONG's como associações de utilidade pública e no seu artigo 17° prescreve que a autorização das actividades das ONG's em Moçambique é feita mediante requerimento das ONG's ao governo, desde que as

¹⁴ Vide em anexo a Lei 8/91, de 18 de Julho (anexo 4).

actividades dessas organizações se enquadrem nos princípios da ordem pública nacional prevista na Lei.

Mais tarde, dado o papel complementar das ONG's estrangeiras às acções do governo, este, através do Decreto 55/98, de 13 de Outubro, definiu os critérios de autorização, os mecanismos de actuação e os objectivos a alcançar por parte daquelas¹⁵. No artigo 1º do referido decreto, as ONG's são vistas como "pessoas colectivas de direito privado, de natureza não lucrativa, envolvidas, nomeadamente, em programas de emergência, reabilitação ou desenvolvimento. Podem ser associações, fundações ou outras pessoas colectivas da mesma natureza que prossigam fins de cooperação para o desenvolvimento social e económico". Por seu turno, o artigo 5º prescreve que cabe ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (MINEC) a autorização às ONG's estrangeiras para actuarem no país, após consentimento do Ministério que tutela a principal actividade a ser exercida pela ONG em Moçambique.¹⁶

¹⁵ Vide em anexo o Decreto 55/98, de 13 de Outubro (anexo 5).

¹⁶ Vide em anexo a ficha de registo das ONG's (anexo 6) e os documentos necessários para a instrução do pedido de registo das ONG's (anexo 7).

CAPÍTULO V

ESTUDO DE CASO

5.1 Caracterização da Região de Estudo

O distrito de Marracuene localiza-se a pouco mais de 30 km a norte da cidade de Maputo e tem como limites o Oceano Índico, a Oeste, a cidade da Matola, a Este, o distrito da Manhiça, a Norte, e o distrito urbano número 5, a Sul. Possui uma área estimada em 666 km², uma população composta por 60.407 habitantes e uma densidade populacional de 91 hab/km².

Este distrito é constituído por dois postos administrativos, nomeadamente Machubo e Marracuene (sede do distrito) e cinco localidades, a saber Marracuene (localidade-sede), Michafutene, Taula, Macandza e Nhongonhane.

A localidade de Nhongonhane, onde decorreu a pesquisa, localiza-se no extremo norte do distrito, tendo como limites o posto administrativo de Maluana, que faz parte do distrito da Manhiça, a Norte, a localidade-sede (Marracuene), a Sul, o Rio Incomáti, a Este, e a cidade da Matola, a localidade de Michafutene e o distrito da Moamba, a Oeste.

As principais actividades económicas praticadas no distrito são a agricultura, a pesca e a pecuária. A agricultura envolve os sectores familiar, privado e cooperativo. As principais culturas praticadas são o milho, o amendoim, o feijão, o arroz, a mandioca, a batata-doce, a cana-de-açúcar, a banana e as hortícolas. As culturas mais comercializadas pelo sector familiar são a mandioca, a batata-doce, as hortícolas, a cana-de-açúcar e a banana. A produção de culturas depende essencialmente da mão-de-obra familiar.

Para o ACNUR/PNUD (1996), Marracuene possui potencialidades agrícolas a desenvolver, determinadas pela existência de recursos hídricos do Rio Incomáti, bons solos e clima apropriado à prática da agricultura. Contudo, o aproveitamento deste potencial depara-se

com vários obstáculos, como seja a escassez de animais de tracção, a falta de maquinaria para trabalhar as terras argilosas e a ocorrência cíclica de calamidades naturais (cheias, seca) e pragas.

O MISAU & MPF (1997) observam que em Marracuene ainda existem muitas famílias que se debatem ainda com o problema da insegurança alimentar. As causas desta situação são encontradas nos défices da produção agrícola, decorrente das cíclicas calamidades naturais, pragas, invasão dos campos agrícolas pelas águas do mar, falta de insumos agrícolas, entre outros factores.

Por outro lado, Marracuene, quando comparado com outros distritos, possui uma elevada densidade populacional. Deste modo, a pressão sobre os recursos é mais intensa, o que origina alguns conflitos sobre a posse de terra, mormente no posto administrativo de Machubo e em algumas zonas da localidade de Nhongonhane. A pecuária abrange a criação de animais de pequeno porte (galinhas e patos), gado caprino, bovino e suíno. O peixe é o principal recurso marinho existente no distrito (ACNUR/PNUD,1996).

5.2 Parceria entre a Intermón-Oxfam e a APOJ

A parceria constitui uma estratégia que, actualmente, tem vindo a ser bastante usada nas intervenções das ONG's internacionais na promoção do desenvolvimento em Moçambique, envolvendo as ONG's nacionais como parceiros locais.

A parceria entre a Intermón-Oxfam¹⁷ e a APOJ¹⁸ constitui uma das várias outras que a primeira organização vem estabelecendo no sentido de fortalecer a sociedade civil moçambicana e, por via disso, promover a melhoria das condições de vida das comunidades desfavorecidas.

¹⁷ A Intermón-Oxfam é uma ONG de origem espanhola que foi criada em 1956 pela Companhia de Jesus. Organização de carácter plural e independente, a Intermón-Oxfam faz parte, desde 1997, do grupo Oxfam Internacional, juntamente com outras onze organizações que vem desenvolvendo várias actividades de combate à pobreza no mundo inteiro.

¹⁸ A APOJ é uma ONG nacional juvenil que desenvolve várias actividades nas zonas rurais, particularmente em Marracuene, visando o *empowerment* e a melhoria das condições de vida das comunidades rurais.

Os critérios da Intermón-Oxfam para a escolha dos seus parceiros consistem essencialmente na análise da capacidade do parceiro local em implementar e gerir projectos, da sua experiência de trabalho, do impacto dos seus projectos no passado e do comportamento dos seus membros. Feita esta análise, se houver indicadores positivos do trabalho da ONG local, inicia a parceria.¹⁹ Entretanto, a concretização da parceria está condicionada ao interesse da Intermón-Oxfam pela área de trabalho proposta pelo eventual parceiro local.

A filosofia de trabalho da Intermón-Oxfam consiste em financiar e supervisionar os projectos a si submetidos pelos seus parceiros locais, cabendo a estes a sua concepção e implementação. Este facto indica a existência de uma clara distinção de papeis entre a Intermón-Oxfam e a APOJ no quadro do ProSAFASM²⁰, o que, aliado ao facto de esta ONG internacional não ter interferido directamente na gestão do projecto, conferiu maior autonomia à APOJ nesse processo. Os instrumentos usados pela Intermón-Oxfam para o acompanhamento do projecto foram os relatórios semestrais (de actividades e financeiro) da APOJ, as consultas mútuas, a troca constante de informação entre as duas organizações e as visitas ao local de implementação do projecto, o que permitiu a busca conjunta de soluções às dificuldades que iam ocorrendo no quadro do projecto.

*"A base da nossa relação com a APOJ é a amizade, confiança, consultas mútuas, troca de informação. Nós procuramos fazer com que o nosso parceiro se sinta livre e com a obrigação moral de informar-nos sobre todas as dificuldades que enfrenta no quadro do projecto, porque a nossa intenção não é sancionar o parceiro, mas sim fazer com que ele nos diga com antecedência as dificuldades que enfrenta para, conjuntamente, procurarmos ultrapassar essas dificuldades. Nós não interferimos muito na gestão do projecto pelos nossos parceiros."*²¹

¹⁹ Os parceiros locais da Intermón-Oxfam são seleccionados de duas formas. Por um lado, há parceiros que contactam com a Intermón-Oxfam para iniciar a parceria, e, por outro lado, há parceiros que são identificados pela própria Intermón-Oxfam. A parceria entre a Intermón-Oxfam e a APOJ enquadra-se no primeiro caso e remonta ao ano de 1998, altura em que iniciaram os primeiros contactos entre estas duas ONG's, tendo sido em 1999 que se desenvolveu o primeiro projecto conjunto.

²⁰ O compromisso assumido no âmbito da parceria indica que à Intermón-Oxfam coube o papel de financiar o projecto e a APOJ encarregou-se de implementar o mesmo.

²¹ Entrevista na Intermón-Oxfam no dia 11.06.03

Notou-se, contudo, que os relatórios da APOJ estavam aquém da qualidade exigida pela Intermón-Oxfam, o que está intimamente associado à falta de formação adequada por parte dos membros da APOJ. Esta fragilidade da APOJ é consubstanciada pela inexistência, no documento do projecto, de indicadores que permitam avaliar o alcance dos objectivos, o que constitui um obstáculo para a avaliação do impacto do projecto.

*"O parceiro que elaborou o projecto não tem capacidade de compreender o que é um indicador. Então quando nós fazemos um exercício para que eles [APOJ] nos coloquem os indicadores, acabamos 4/5 meses sem que produzam o projecto. Assim nós tentamos trabalhar só com os resultados porque o parceiro já é capaz de perceber o que é um resultado. Infelizmente ainda notamos este défice de formação do pessoal da APOJ, e isso se repercute também na qualidade do projecto e relatórios que eles nos apresentam. É por isso que, para além das limitações financeiras que temos, não nos arriscamos muito a fazer projectos de três/quatro anos com a APOJ. Para tentar contornar essa situação, anualmente submetemos dois/três jovens da APOJ em cursos de capacitação. Mas mesmo assim surge um outro problema: a maioria dos jovens da APOJ está na oitava, nona, e têm tido problemas de assimilação das matérias ministradas nesses cursos."*²²

Assim, a falta de formação adequada por parte dos membros da APOJ constitui um factor que impede que esta parceria seja mais salutar, pois, não só constrange as acções da Intermón-Oxfam na capacitação da APOJ, como também leva a uma situação em que a capacidade humana da APOJ na gestão dos projectos revela-se determinante na definição do período de duração do projecto, dada a existência de uma certa "desconfiança" por parte da ONG doadora sobre a capacidade do parceiro local em gerir um projecto de médio ou longo prazo. Assim, para o caso do ProSAFASM, a duração deste projecto (um ano) foi determinada pela Intermón-Oxfam, contrariando a intenção da APOJ de desenvolver um projecto de 3/4 anos.

Embora reconhecendo esta deficiência de formação dos recursos humanos da APOJ, a atitude de "respeito" da Intermón-Oxfam em relação a esta fraqueza do seu parceiro local é salutar, pois a capacitação institucional de qualquer organização local é um processo complexo e que deve ser visto em termos de médio ou longo prazos. Uma visão "imediatista" no quadro do *empowerment* dos parceiros locais não se revela a mais adequada se se pretende que, efectivamente, tais parceiros estejam munidos de

²² Entrevista na Intermón-Oxfam no dia 11.06.03.

instrumentos que lhes permitam melhorar a sua capacidade como instituições, e, a partir daqui, tornar mais adequadas as suas intervenções no processo de desenvolvimento.

*"O nosso relacionamento com a APOJ é bom. Eles [APOJ] têm ainda algumas lacunas, mas quem não as têm? Eles têm consciência disso e estamos juntos a tentar ultrapassar essas lacuna através da nossa componente de fortalecimento institucional dos parceiros locais. A ferramenta que usamos para alcançar este objectivo são os próprios projectos, porque é através destes que é possível notar as lacunas, as dificuldades do parceiro, e pouco a pouco vamos limando as lacunas, porque um dos nossos objectivos em Moçambique é o fortalecimento da sociedade civil."*²³

Partindo do reconhecimento da fraqueza da APOJ, em termos de *know how*, pela Intermón-Oxfam, a realização de cursos de capacitação institucional da APOJ constitui uma estratégia fundamental para o alcance da eficiência, eficácia e sustentabilidade dos projectos de desenvolvimento, pois poderá, a longo prazo, munir os parceiros locais de instrumentos que lhes permitam melhorar a qualidade dos seus projectos e formas de actuação, como é bem observado por vários autores (Fumo, 1995; Brito, 1995; Ginja, 1995). No caso específico da parceria Intermón-Oxfam/ APOJ, ainda não há dados suficientes que permitam concluir que o fortalecimento institucional da Intermón-Oxfam tem sido eficaz, mas é visível que a fraca formação dos recursos humanos da APOJ constitui, de *per se*, um constrangimento para a intervenção da Intermón-Oxfam no fortalecimento institucional do seu parceiro local.

A debilidade da APOJ em termos de recursos financeiros próprios constitui o principal factor que levou esta ONG a contactar com a Intermón-Oxfam para o início da parceria. Esta situação tem influenciado negativamente a parceria, pois a APOJ fica "refém" das condicionalidades financeiras "impostas" pela ONG doadora. Além de ser responsável pelo pagamento dos custos indirectos do projecto (água, luz e salários para os membros da APOJ), o facto de a APOJ ter condicionado o início da implementação do ProSAFASM à alocação de recursos financeiros por parte da Intermón-Oxfam revela a existência de uma dependência financeira em relação a esta ONG.

²³ Entrevista na Intermón-Oxfam no dia 11.06.03.

*"O projecto atrasou porque eles [Intermón-Oxfam] não disponibilizaram os recursos a tempo, e nós não temos dinheiro para financiar o projecto. Tivemos mesmo que esperar um mês até que disponibilizassem o dinheiro para arrancarmos com o projecto."*²⁴

Constatou-se, por outro lado, a existência de alguma debilidade organizativa no seio da APOJ, o que pode influenciar negativamente a eficiência e eficácia das intervenções desta ONG.

*"A APOJ sempre nos apresentou o problema de falta de meios de transporte para as deslocações ao campo. Só que o que me põe em dúvida é se a APOJ é uma instituição capaz de gerir os meios. Pediu-nos duas motorizadas, mas nós [Intermón-Oxfam] preferimos começar com uma. Quando compramos aquela motorizada era para que o técnico-agrícola conseguisse deslocar-se ao campo, mas depois que a APOJ recebeu a motorizada instalou-se o conflito dentro da APOJ. Houve problemas internos só para decidir quem iria tirar a carta de condução. Ficou-se 4 meses nesta situação, mas uma instituição organizada, quando compra um carro já sabe quem vai conduzir tal carro."*²⁵

Fumo (1995) e Brito (1995) já haviam constatado a debilidade organizativa das ONG's nacionais. Um maior sentido de organização da APOJ poderá permitir maior credibilidade desta ONG junto das ONG's doadoras e é um ponto de partida adequado para o alcance da sua auto-sustentabilidade financeira e maior eficiência e eficácia dos seus projectos.

Assim, a relação entre a Intermón-Oxfam e APOJ vem a confirmar a tese de que, no âmbito da parceria entre as ONG's internacionais e as ONG's locais, as relações existentes são assimétricas, no sentido de que as ONG's nacionais encontram-se numa situação de dependência financeira em relação às ONG's internacionais, e caracterizadas por um espírito paternalista destas em relação àquelas (Adam & Coimbra, 1997; Brito, 1995; Fumo, 1995; Kulipossa, 1995). A APOJ deverá reflectir no sentido de encontrar mecanismos que lhe permitam alcançar a auto-sustentabilidade financeira, pois só assim poderá, efectivamente, alcançar a plena autonomia na gestão dos seus projectos.

²⁴ Entrevista na APOJ no dia 02.05.03.

²⁵ Entrevista na Intermón-Oxfam no dia 11.06.03.

5.3 Antecedentes, Concepção e Relevância do Projecto

Moçambique é um país que tem sido ciclicamente afectado por calamidades naturais (ciclones, seca, cheias), o que influencia negativamente a sua produção agrícola e, conseqüentemente, a sua situação alimentar. De acordo com o MADER, a estiagem que se verifica em algumas regiões do país desde Janeiro do ano 2002 afecta mais de 41 mil famílias das zonas rurais (APOJ, 2002).

Para o caso de Marracuene, após este distrito ter sido afectado pelas cheias de 2000, actualmente (2003) mais de 8 mil famílias debatem-se com o problema da estiagem, um factor que concorre para a situação de fome no distrito. Este cenário torna-se mais preocupante ainda se atendermos ao facto de que a maioria da população deste distrito tem a agricultura como meio básico de sobrevivência.²⁶

«Perante esta situação, desenhou-se este projecto para dar resposta ao pedido das famílias das três comunidades no alívio à fome, apoiando em alimentos e na produção agrícola» (APOJ, 2002).

O ProSAFASM surge, portanto, para fazer face a uma situação de emergência vivida pelas comunidades locais, na sequência do fracasso da produção agrícola, em parte devido à estiagem e às pragas que assolam o distrito; visava, por um lado, resolver este problema, e, por outro, apoiar as comunidades beneficiárias no processo agrícola, de modo a promoverem a sua segurança alimentar. É, portanto, um projecto que emerge num contexto de emergência, mas visava, ao mesmo tempo, criar condições para que o problema que originou o seu surgimento (a fome) não voltasse a afectar as comunidades locais no futuro. Pode-se, assim, argumentar que é simultaneamente um projecto de emergência e de desenvolvimento.

A participação comunitária no processo de concepção, implementação e avaliação dos projectos de desenvolvimento tem sido apontada por vários autores como uma componente

²⁶ A administração do distrito não possui dados actualizados sobre a percentagem da população local que tem a agricultura como a principal actividade de subsistência, mas as suas estimativas apontam para pelo menos 80%.

importante para o sucesso desses projectos (Camay & Gordon, 1997; Negrão, 1997; Pretty et al., 1995).

Para a concepção do projecto a APOJ realizou cinco reuniões com as estruturas administrativas locais, no sentido de apurar se tal projecto se enquadrava no plano local de desenvolvimento. Após o governo local ter concluído que o projecto era relevante, o mesmo foi aprovado. Este método constitui uma mudança na forma de concepção dos projectos por parte das ONG's a operar no distrito, particularmente a APOJ.

*"Dantes as ONG's traziam-nos os seus projectos já elaborados para aprovarmos, mas isso já foi ultrapassado. As ONG's viram que este método não é correcto, pois estavam a promover o desenvolvimento de apenas um lado do distrito. Agora eles discutem os projectos connosco."*²⁷

A discussão do projecto com as comunidades beneficiárias consistiu na realização de reuniões de auscultação dos líderes comunitários e comunidades beneficiárias no geral. Por via do mecanismo de *brainstorming*, a fome foi vista pelas comunidades beneficiárias como o seu principal problema.

*"Quando a APOJ chegou aqui primeiro reuniu com a estrutura local e depois reuniu connosco [comunidade]. Para este projecto as ideias vieram da própria comunidade. A APOJ veio somente ajudar-nos. Nós é que decidimos as actividades do projecto. Dissemos à APOJ que o nosso grande problema é a fome porque a chuva não cai. Pedimos apoio em sementes, motobombas, enxadas, botas, remédios [pesticidas, insecticidas], tracção animal... o grande problema que nós vemos é que a APOJ ainda não foi capaz de satisfazer o nosso pedido de tracção animal e motobomba porque é difícil trabalhar com enxada e com regador. Eles nos prometeram esse apoio no futuro mas disseram-nos que devíamos formar associações para o trabalho ser mais organizado."*²⁸

A abertura da APOJ na auscultação das autoridades administrativas, líderes comunitários e beneficiários durante a concepção do projecto permitiu valorizar o saber local e a troca de experiência e conhecimentos entre os intervenientes no projecto. Entretanto, o elevado

²⁷ Entrevista com o administrador do distrito de Marracuene no dia 28.05.03 no mesmo distrito.

²⁸ Entrevista com um beneficiário no dia 20.05.03 em Marracuene.

número de beneficiários do projecto (cerca de 9300 pessoas)²⁹ e a “rapidez” com que a APOJ realizou as reuniões de auscultação das comunidades não permitiram que o contacto entre a APOJ e as comunidades fosse “razoavelmente” abrangente e participativo, o que permitiria maior identificação das comunidades com o projecto.³⁰ O processo de concepção do projecto requeria um maior envolvimento dos beneficiários através de um processo de auscultação e negociação que permitisse maior contacto entre a APOJ e os beneficiários.³¹

“É isso o que eu disse à APOJ. Os projectos estão a ser elaborados em cima do joelho; isto não pode ser. Os projectos devem ser elaborados com tempo, e na sua identificação deve-se envolver a todos, porque o erro que há é desenhar os projectos à pressa para depois dizer “consultamos os líderes locais”. Olha, os líderes locais não conhecem todas as preocupações da comunidade. É preciso conversar muito com a comunidade, procurando abranger o maior número possível de pessoas.”³²

Esta “rapidez” demonstrada pela APOJ na concepção do projecto contribuiu para que esta ONG incluisse algumas actividades irrelevantes no projecto, nomeadamente a limpeza de ruas e das valas de drenagem das águas do Rio Incomati³³, e a não inclusão de alguns insumos agrícolas essenciais para o processo agrícola, a saber a tracção animal e as motobombas, pois com uma boa gestão dos recursos financeiros disponíveis para o projecto (177.104,26 dólares norte-americanos) a aquisição destes instrumentos agrícolas seria possível. Além disso, a quantidade dos instrumentos agrícolas distribuída por cada família não foi discutida com as comunidades beneficiárias, tendo cabido à APOJ a sua definição unilateral. Tal quantidade não correspondeu às necessidades das comunidades, devido

²⁹ Defende-se que o número de beneficiários foi elevado tendo em consideração as limitações da APOJ em termos de meios de transporte para efectuar as deslocações aos locais de implementação do projecto (só uma motorizada disponível) e as fragilidades de formação dos seus recursos humanos (dos dez elementos, só os dois técnicos agro-pecuários é que possuem formação especializada) para efectuar um trabalho efectivo, eficiente e eficaz.

³⁰ A APOJ realizou em média duas reuniões em cada comunidade beneficiária. Primeiro com os líderes locais e depois com a comunidade no geral. As constatações durante o trabalho de campo indicam que parte significativa dos beneficiários não foi incluída nesse processo de auscultação.

³¹ Não se pretende dar a entender que seria possível envolver a todos os beneficiários no processo de concepção do projecto, mas apenas defender que a metodologia usada pela APOJ nesse processo foi bastante rápida e pouco abrangente.

³² Entrevista na Intermón-Oxfam no dia 11.06.03.

³³ Embora os beneficiários tenham reconhecido a importância da limpeza das ruas e valas de drenagem das águas do rio Incomati, grande parte deles observa que tal limpeza não teve efeitos visíveis na promoção da sua segurança alimentar.

essencialmente ao facto de a APOJ ter aumentado o já elevado número de beneficiários do projecto, se se tomar em conta os meios materiais e humanos da APOJ.

*"A APOJ ajudou-nos em sementes, enxada, regadores, botas, luvas, adubos ... mas quando por exemplo a APOJ só dá duas enxadas e dois regadores para uma família ... isso não é suficiente porque aqui só numa família você encontra nove, dez pessoas. Mas eles [APOJ] também não são culpados porque dizem que os instrumentos que eles têm não vão dar para distribuir mais por cada família porque estão a trabalhar com muitos camponeses."*³⁴

*"Não conheço a metodologia usada pela APOJ para prestar assistência às comunidades com que trabalha, mas é preciso salientar que a APOJ trabalha com mais de 1600 famílias. Tendo em conta os meios que a APOJ possui, trabalhando com esse número as dificuldades são inúmeras."*³⁵

A elevada dimensão numérica dos beneficiários e o reduzido número de encontros de auscultação dos beneficiários não permitiram que as comunidades participassem plenamente no processo de tomada de decisões durante a concepção do projecto. Dadas as fragilidades da APOJ em termos de recursos humanos e materiais, a opção desta ONG em trabalhar com um número reduzido de beneficiários e a realização de mais encontros de auscultação e negociação com as comunidades teria permitido que a monitoria do projecto fosse mais efectiva, eficiente e eficaz.³⁶

A limitação de fundos por parte da Intermón-Oxfam para financiar os chamados "grandes projectos"³⁷ e a "desconfiança" desta ONG em relação à capacidade da APOJ para gerir um projecto desta dimensão limitou o alargamento do período do projecto (um ano), reconhecidamente insuficiente para garantir a segurança alimentar das comunidades rurais.

³⁴ Entrevista colectiva com dois beneficiários no dia 16.05.03 em Marracuene.

³⁵ Entrevista na DDADR de Marracuene no dia 28.05.03.

³⁶ O número das famílias beneficiárias do ProSAFASM foi de 1737 (pouco mais de 9300 indivíduos) e a equipa da APOJ era composta por apenas 10 elementos. Importa referir que a APOJ usou apenas uma motorizada para as deslocações aos locais de implementação do projecto e recorreu também às transportadoras semi-colectivas de passageiros. Esta situação é reveladora das inúmeras insuficiências financeiras e de meios de trabalho que afligem a APOJ.

³⁷ A Intermón-Oxfam possui duas linhas de financiamento de projectos. Nos chamados pequenos projectos (os que entre 12 e 18 meses) esta ONG recorre a recursos financeiros próprios; os grandes projectos (os que duram entre 24 a 36 meses), por acarretarem somas avultadas em relação às capacidades financeiras da Intermón-Oxfam, fazem com que esta ONG recorra a outras agências de desenvolvimento para o seu co-financiamento (entrevista na Intermón-Oxfam no dia 11.06.03).

*"Temos consciência de que em um ano não é possível garantir a segurança alimentar, e é por isso que estamos a preparar um outro projecto para dar continuidade a este. Mas a duração dos projectos também tem a ver com a falta de capacidade do parceiro para gerir um projecto de 3 anos, como é o caso da APOJ. Outro factor para a duração do projecto é a limitação de fundos. Pode ocorrer que tenhamos recursos financeiros para financiar só um ano do projecto, enquanto vamos procurando outros fundos para financiar um projecto de 3 anos."*³⁸

*"Logicamente seria necessário muito mais tempo, já que neste projecto também falamos de mudança de mentalidade e de comportamento das comunidades no uso de certas técnicas agrícolas, e isso não é uma coisa que se pode fazer em apenas um ano; pode levar cerca de 5 anos só para ver se há alguma mudança. Num projecto de um ano não é possível garantir a segurança alimentar, e é por isso que se está agora a preparar-se um outro projecto para dar continuidade a este."*³⁹

Portanto, houve uma "participação por consulta"⁴⁰ (Pretty et al. 1995) no processo de concepção do projecto, envolvendo as estruturas administrativas e os líderes comunitários e as comunidades beneficiárias. Todavia, tendo em conta o elevado número de beneficiários do projecto, o reduzido número de reuniões de auscultação destes limitou a sua participação, no sentido de que não permitiu que o processo de auscultação fosse abrangente e participativo. O tipo e as quantidades de insumos agrícolas distribuídos pela APOJ no quadro do projecto foi, em última instância, definida pela APOJ, após a auscultação dos beneficiários, mas não correspondeu às necessidades destes.

Para compreender a relevância do projecto, este trabalho baseia-se na tese de que os projectos de desenvolvimento só podem ser considerados relevantes se forem negociados com os beneficiários e se responderem às suas necessidades (Adam & Coimbra, 1997).

À luz desta abordagem, as entrevistas efectuadas mostram a existência de consenso entre os diferentes intervenientes no projecto sobre a relevância do mesmo para os beneficiários, na medida em que o projecto foi implementado na área da agricultura, a principal actividade económica dos beneficiários, e foi concebido não só para fazer face a uma

³⁸ Entrevista na Intermón-Oxfam no dia 11.06.03.

³⁹ Entrevista com um técnico agro-pecuário da APOJ no dia 12.05.03 na APOJ.

⁴⁰ A participação por consulta consiste essencialmente em as agências de desenvolvimento colherem as ideias dos beneficiários sobre o projecto, são aquelas que, em última instância, tomam as decisões relativas a esse projecto. Para mais informações sobre este tipo de participação, vide Pretty et al. (1995).

situação de emergência, em que os camponeses enfrentavam o problema da fome, em virtude do fracasso na sua produção agrícola, mas também para ir capacitando os camponeses em matéria de novas técnicas de cultivo. Assim, a implementação dessas técnicas, até então desconhecidas pelos camponeses, nomeadamente a técnica de multiplicação da rama de batata-doce de polpa alaranjada e de separação de culturas, constitui um contributo relevante para o aumento da produtividade e produção agrícolas dos beneficiários.

*"Olha, este projecto é muito importante porque eles [os beneficiários] vão se capacitando aos poucos nas técnicas mais modernas de produção, e a partir da produção eles podem produzir excedentes, e a partir da sua venda eles vão cobrindo as despesas dos bens não consumíveis ou não utilizáveis, como por exemplo a escola para as crianças, os cuidados de saúde..."*⁴¹

*"Eu penso que este projecto é útil para nós porque, deixando de fora a comida que recebemos por causa da fome, aprendemos várias coisa que não sabíamos. Por exemplo, nós não conhecíamos a técnica de multiplicação da batata; nós só sabíamos plantar para produzir."*⁴²

5.4 Descrição do Projecto

O ProSAFASM, projecto que decorreu entre 1 de Agosto de 2002 e 31 de Julho de 2003, foi implementado no distrito de Marracuene, especificamente nas comunidades de Bolaze, Fonte Santa e Sibacusse, pertencentes à localidade de Nhongonhane. É um projecto que iniciou com um mês de atraso, devido à disponibilização tardia de recursos financeiros por parte da Intermón-Oxfam, financiador do projecto, à APOJ, seu implementador.

De acordo com o documento do projecto, o objectivo geral do ProSAFASM é *contribuir para a garantia da segurança alimentar das comunidades rurais de Bolaze, Fonte Santa e Sibacusse*. Os objectivos específicos são *i) apoiar 1737 famílias que se encontram numa grave situação de fome na preparação dos campos para agricultura e em sementes de cereais e hortícolas, e ii) acompanhar o processo de produção agrícola para assegurar maior produtividade e reduzir situações de fome no futuro*.

⁴¹ Entrevista com um técnico agro-pecuário da APOJ no dia 12.05.03.

⁴² Entrevista com um beneficiário no dia 27.06.03.

O projecto, cujo grupo-alvo é composto por 1737 famílias, cerca de 9399 pessoas, tinha como orçamento total 177.104, 26 dólares norte-americanos e como actividades previstas: i) distribuição quinzenal de ajuda alimentar nos primeiros 2 meses do projecto, em forma de comida pelo trabalho; ii) limpeza de valas de drenagem das águas do Rio Incomati e das ruas de acesso ao interior das comunidades; iii) preparação de campos de multiplicação de batata-doce de polpa alaranjada e estacas de mandioca; iv) construção de uma ponte na comunidade de Sibacusse; v) distribuição de sementes (de cereais, leguminosas e hortícolas, nomeadamente couve, alface, tomate, feijão verde e cebola), pesticidas, regadores manuais, botas, luvas, fertilizantes e pulverizadores às comunidades beneficiárias; vi) acções de sensibilização às comunidades sobre o uso de pesticidas e fertilizantes e conservação de excedentes, e vii) acompanhamento do processo agrícola das comunidades por parte dos técnicos agro-pecuários da APOJ.⁴³

Os resultados esperados no âmbito do projecto são: i) nos primeiros 2 meses do projecto os seus beneficiários terão assegurada uma ajuda em produtos alimentícios (farinha de milho, açúcar, óleo alimentar, sal de cozinha e feijão manteiga) e sabão, até as primeiras colheitas de hortícolas; ii) cada uma das 1737 famílias beneficiárias terá um rendimento da produção de hortícolas, cereais, mandioca e batata-doce de polpa alaranjada na primeira época de 2002 e garantirá a sua situação alimentar.

5.6 Implementação do Projecto

5.6.1 Actividades Realizadas, Coordenação de Acções e Monitoria do Projecto

As actividades do projecto iniciaram com um mês de atraso em relação ao previsto devido à disponibilização tardia de recursos financeiros pela Intermón-Oxfam à APOJ, o que influenciou negativamente a implementação do projecto, pois o início tardio das actividades previstas no mesmo determinou a distribuição de sementes fora do período de sementeira e a redução da duração do projecto de 12 para 11 meses.

⁴³ Vide em anexo os quadros de distribuição de alimentos e insumos agrícolas (anexo 8).

Pode-se afirmar que no início da implementação do projecto houve deficiência de coordenação de acções entre a Intermón-Oxfam e a APOJ.

Entre Setembro e Dezembro⁴⁴, período em que decorreu a fase de comida pelo trabalho, naquilo que Pretty et al. (1995) denominam "participação por incentivos materiais"⁴⁵, os beneficiários envolveram-se na limpeza das ruas de acesso para o interior das comunidades e das valas de drenagem das águas do Rio Incomáti para irrigar as machambas e na abertura dos campos comunitários de multiplicação de vegetais (estacas de mandioca e ramas de batata-doce de polpa alaranjada). A par disso, a APOJ efectuou a distribuição de sementes, pesticidas, fertilizantes, pulverizadores, máscaras e vestuários pelos beneficiários, realizou várias acções de sensibilização das comunidades sobre o uso de pesticidas, fertilizantes e conservação de excedentes e monitorou o processo agrícola.⁴⁶

Durante a fase de comida pelo trabalho, notou-se um maior envolvimento das comunidades na realização das actividades do projecto, o que pode ser explicado pelos benefícios imediatos daí decorrentes (recepção de comida).

*"Quando há comida há muitas pessoas a trabalharem. As pessoas abrem machambas grandes por causa da comida que receberam em troca porque nós estamos aqui há muito tempo, mas nunca tínhamos visto pessoas a abrirem machambas tão grandes como desta vez."*⁴⁷

Na programação de actividades pretendia-se que, enquanto decorria a etapa da comida pelo trabalho, as comunidades já tivessem recebido e lançado as sementes, visando fazer coincidir o fim da comida pelo trabalho com as primeiras colheitas das sementes lançadas,

⁴⁴ A fase de comida pelo trabalho esta inicialmente programada Para os primeiros dois meses do projecto (Julho e Agosto), mas tal não chegou a efectivar-se devido ao início tardio do projecto, o que, como se verá ao longo do trabalho, teve consequências negativas para o projecto.

⁴⁵ A participação por incentivos materiais consiste em as pessoas participarem em qualquer actividade em troca de comida, dinheiro ou outros incentivos materiais. Pretty et al. (1995) falam também de outros tipos de participação, nomeadamente a participação passiva, por prestação de informação, por consulta, funcional, interactiva e da auto-mobilização. Para uma análise mais aprofundada destes tipos de participação vide Pretty et al. (1995).

⁴⁶ A fase de comida pelo trabalho estava inicialmente programada para os primeiros dois meses do projecto, nomeadamente Julho e Agosto, mas tal não ocorreu devido ao início tardio do projecto. Em anexo vide as tabelas referentes aos tipos e quantidades de produtos alimentares e dos vários insumos agrícolas distribuídos pela APOJ às comunidades beneficiárias.

⁴⁷ Entrevista colectiva com quatro beneficiários do projecto no dia 19.05.03 em Marracuene.

o que permitiria que as comunidades não voltassem a enfrentar o problema da fome. Verificou-se, porém, uma discrepância entre a teoria e a prática. Além de o projecto ter iniciado com um mes de atraso, as sementes foram distribuídas quase no término da fase de comida pelo trabalho. Como consequência disso as comunidades voltaram a enfrentar o problema da fome.

*"A comida pelo trabalho devia ter levado mais do que dois meses para esperar pelos resultados da sementeira porque o que aconteceu foi que primeiro veio a comida, mas houve atraso na distribuição de sementes de milho, cebola, alface... deviam ter sido distribuídas em Março mas só foram distribuídas em Maio, e isso prejudicou o rendimento. O que devia acontecer é o seguinte: primeiro devia vir a semente para podermos lançá-la, e enquanto esperávamos os resultados da sementeira, devíamos estar a receber comida. O problema foi que as sementes vieram logo depois de ter terminado a comida pelo trabalho, e logo a seguir voltamos a enfrentar o problema da fome.. A APOJ diz que os fornecedores é que não honram com os seus compromissos, mas a APOJ deve encomendar as sementes com muita antecedência, para nós termos as sementes a tempo e horas."*⁴⁸

*"No início tivemos o problema do fornecimento tardio de sementes por parte da empresas nacionais, e a época de sementeira é muito determinante para o rendimento dessa cultura. Quer dizer, se se falha a sementeira no período adequado, vai-se enfrentar o problema da seca ou das pragas; nós tivemos os dois problemas, e isso teve consequências negativas no rendimento agrícola."*⁴⁹

De acordo com a abordagem de Abrahamsson & Nilsson (1994), com a qual se comunga neste trabalho, as actividades das ONG's revelam-se mais eficazes quando estão orientadas mais para actividades que geram rendimentos, comerciais e produtivas do que para bens de consumo imediato. Assim, a distribuição de comida pelos beneficiários por parte da APOJ não deve ser vista como uma acção que poderá contribuir para a promoção da segurança alimentar das comunidades, pois com esta estratégia cria-se aquilo que, na esteira de Adam & Coimbra (1997:95), pode ser denominado como "uma disponibilidade artificial de comida", ou seja, a comida disponível não é resultado do próprio processo de produção agrícola das comunidades, o que joga um papel negativo nas estratégias das comunidades na melhoria das suas condições de vida.

⁴⁸ Entrevista com um beneficiário no dia 27.05.03 em Marracuene.

⁴⁹ Entrevista na APOJ no dia 12.05.03.

Quer dizer, nas intervenções de desenvolvimento, como observa Brito (1995:80), “a canalização de recursos para as comunidades por parte das ONG's deve ter em vista capacitar as comunidades para a definição, orientação e sustentação da sua própria visão de desenvolvimento (...). Isso significa “não só ensinar a pescar em vez de oferecer o peixe, como também ensinar a fazer a cana e a utilizar racionalmente o produto da pesca””.⁵⁰

A inclusão de mais 114 famílias após o início do projecto determinou a redução das quantidades previstas das sementes de milho matuba, feijão nhemba, amendoim, couve alface, tomate, cebola e feijão verde, bem como das quantidades de alimentos inicialmente programadas.⁵¹ Se, teoricamente, as ONG's estão ligadas à sociedade por laços de solidariedade e preocupam-se por questões que afectam o bem-estar das pessoas (Ball & Dunn, 1997; Monteiro, 1995a), na prática, porém, a inclusão de mais 114 famílias após o início do projecto revela a falta de rigor por parte da APOJ na programação das suas actividades, se atendermos ao facto de que, no âmbito da elaboração do projecto, as actividades e o orçamento disponível já haviam sido programados para 1737 famílias, e não para 1851, como viria a ocorrer na prática.

Durante a monitoria do processo agrícola pela APOJ, esta ONG levou a cabo acções de sensibilização no sentido de os beneficiários abandonarem a consociação de culturas e adoptarem a separação das mesmas, por um lado, e lançarem as sementes nas zonas baixas, por serem mais férteis e húmidas, e não nas zonas altas, como constitui prática de parte significativa dos beneficiários. Apesar disso, vários beneficiários continuaram a praticar a consociação de culturas e a lançar as sementes nas zonas altas.

“A APOJ diz que nós temos que separar as culturas para elas desenvolverem bem e no fim termos bom rendimento, mas nós estamos habituados a juntar as culturas e depois as nossas terras são pequenas para

⁵⁰ Com isso não se pretende advogar que as ONG's não podem desenvolver acções de emergência, mas apenas chamar atenção para o facto de que o desenvolvimento das comunidades rurais será mais eficaz se as intervenções das ONG's se centrarem no *empowerment* dessas comunidades, pois só assim elas terão instrumentos para “ (...) se desenvolver a si próprias e por si próprias” (Camay & Gordon, 1997:3).

⁵¹ Nos anexos pode-se ver as tabelas que ilustram a disparidade entre as quantidades de sementes previstas e as quantidades efectivamente distribuídas. Quanto à quantidade de produtos alimentares, constata-se existir disparidade entre as quantidades previstas e as que efectivamente foram distribuídas pelos beneficiários.

nós podermos separar as culturas. Mas também ainda não sabemos bem se as técnicas que a APOJ nos ensinou são mesmo melhores do que as nossas, porque ainda não vimos os resultados da produção."⁵²

*"Nós estamos a trabalhar com as comunidades, mas é preciso não esquecer que cada pessoa é uma complexidade. Entretanto, se a questão é garantir a segurança alimentar há regras técnicas que devem ser observadas para que todos tenham uma colheita economicamente satisfatória. Mas aqui em Marracuene há alguns camponeses que insistem em colocar 4-5 culturas na mesma parcela de terra e isso redundando em nada, porque há uma sobrecarga da área útil. Outros continuam a lançar as sementes nas zonas altas, relativamente menos férteis e húmidas que as zonas baixas. Então um dos grandes problemas que estamos a enfrentar é a mudança de mentalidade dos camponeses."*⁵³

Esta situação pode ser explicada pelas reduzidas parcelas disponíveis para os beneficiários do projecto e a ainda existente "desconfiança" dos beneficiários em relação à eficácia da separação de culturas são factores que podem explicar este comportamento. Isto significa, por um lado, que a mudança de mentalidade e de comportamento dos camponeses requer a criação de condições que permitam tal mudança, como sejam o acesso à terra suficiente para a prática da consociação de culturas e a demonstração aos camponeses da maior produtividade agrícola em face da separação de culturas do que na consociação das mesmas, e, por outro lado, que os resultados das acções de sensibilização das comunidades devem ser vistas em termos de médio ou longo prazo, e não em apenas onze meses (duração do projecto).⁵⁴

A ocorrência de pragas afectou negativamente o processo agrícola monitorado pela APOJ no sentido de que dizimou as sementes lançadas pelos beneficiários. A recepção tardia de recursos financeiros por parte da APOJ fez com que esta ONG não fosse a tempo de adquirir e distribuir os pesticidas e fertilizantes previstos às comunidades no período previsto. A par disso, a persistência da seca dificultou a irrigação dos campos agrícolas abertos no âmbito do projecto. As pragas e a seca ocorridas demonstram a existência de

⁵² Entrevista com um beneficiário no dia 16.05.03 em Marracuene. Este sentimento foi também manifestado em outras entrevistas com os beneficiários do projecto, nos dias 19.05.03, 20.05.03 e 27.05.03.

⁵³ Entrevista com um técnico agro-pecuário da APOJ no dia 12.05.03.

⁵⁴ Este problema demonstra uma vez mais a insuficiência da duração do projecto para criar as condições necessárias para a mudança de mentalidade e de algumas práticas agrícolas dos beneficiários e garantir a eficácia do projecto.

factores naturais que podem jogar um papel negativo nas acções das ONG's, particularmente aquelas viradas ao campo agrícola.⁵⁵

No quadro da implementação do projecto registou-se a insuficiência de instrumentos agrícolas na abertura dos campos de multiplicação. Se logo à partida os instrumentos agrícolas previstos eram insuficientes para o número dos beneficiários definido, a inclusão de mais 114 famílias após o início do projecto e o não correspondente aumento desses instrumentos veio a agravar ainda mais a situação. Ou seja, a APOJ, mesmo com as suas deficiências em termos de recursos materiais (meios de transporte para as deslocações no distrito) e humanos suficientes e qualificados, optou por abarcar um elevado número de famílias no seu projecto, o que dificultou a monitoria do projecto e a própria organização e controlo das actividades.⁵⁶

A opção por um número mais restrito de famílias beneficiárias, dadas as dificuldades da APOJ acima referidas e o facto de o ProSAFASM ter sido o primeiro projecto da APOJ na área da segurança alimentar, seria um ponto de partida adequado para a efectividade e eficiência da monitoria do processo agrícola; por outro lado, constituiria um processo útil de aprendizagem e aquisição de experiência por parte desta ONG no trabalho com as comunidades para melhorar as suas acções no futuro. Quer dizer, a definição da dimensão numérica dos beneficiários de um projecto deverá ter em conta não só o orçamento disponível, mas também a capacidade humana e os recursos materiais disponíveis para monitorar tal projecto.

Quanto ao relacionamento entre a APOJ e o governo distrital no quadro do projecto, os resultados da pesquisa revelam que as autoridades administrativas não estão suficientemente equipadas em termos de recursos humanos e meios de transporte para o

⁵⁵ Segundo o MADER (2003:6), "a precipitação total da época chuvosa 2002/2003 foi 50% abaixo do normal na maior parte da zona Sul (...) com impacto directo no cultivo de culturas alimentares. As fracas quedas pluviométricas afectaram a disponibilidade da água, particularmente nas bacias dos rios Incomati, Umbeluzi e Maputo e uma área considerável do rio Limpopo."

⁵⁶ Durante a realização das actividades do projecto, notou-se alguma falta de organização das comunidades, o que dificultou o controlo das mesmas pela APOJ.

acompanhamento efectivo e a coordenação de acções das ONG's na promoção da segurança alimentar.

*"Nós acompanhamos as actividades da APOJ, mas nem todas. Por exemplo, acompanhamos a limpeza das valas, a distribuição das sementes de primeira época (batata-doce e mandioca) e os insumos agrícolas. Não acompanhamos a distribuição de comida pelo trabalho, nem a limpeza das vias de acesso. Há várias actividades de que nós só tomamos conhecimento por meio de relatórios. Nós só acompanhamos os programas que nos dizem respeito."*⁵⁷

A falta de um órgão do governo distrital equipado humana, material e tecnicamente para coordenar as acções das ONG's que actuam no distrito tem conduzido à confusões sobre a divisão de responsabilidades entre as instituições do poder local do Estado na sua relação com as ONG's e faz com que, embora os projectos das ONG's sejam do conhecimento do governo local, várias actividades destas ocorram à margem do seu conhecimento.

Se, teoricamente, é imprescindível a coordenação de esforços e a complementaridade entre o governo e as ONG's no processo de desenvolvimento (Camay & Gordon, 1997), na prática tal só será possível se os governos locais estiverem institucionalmente capacitados para acompanhar efectivamente e coordenar as actividades das ONG's.

5.6.2 A Questão do Acesso à Terra pelos Beneficiários

Segundo estimativas das autoridades administrativas de Marracuene, pelo menos 80% da população do distrito tem a agricultura como meio básico de subsistência. No quadro do projecto, o acesso à terra pelos seus beneficiários constitui um pressuposto fundamental e imprescindível para a implementação do mesmo, visto que o ProSAFASM insere-se na área da agricultura.

⁵⁷ Entrevista na DDADR de Marracuene no dia 28.05.03.

Entretanto, nem todos os beneficiários do projecto têm garantido o acesso à terra, pois ao longo da implementação do projecto surgiram conflitos pelo acesso à terra entre eles e alguns privados.⁵⁸

*"Há coisas que não estão a correr bem. Há um privado que possui áreas de cultivo muito grandes, mas não as explora na totalidade; ele não aceita ceder aquela área que não está a explorar para a comunidade, e o chato é que esse privado fecha as nascentes donde vem a água para as nossas pequenas machambas; estamos sujeitos a perder as plantas e as sementes que as ONG's nos forneceram porque estamos numa estiagem que não sabemos quando irá terminar."*⁵⁹

*"Os conflitos de terra aqui existentes envolvem geralmente os requerentes e os camponeses, e os privados e os camponeses. O que acontece é que muitos camponeses invadem as parcelas dos privados e estes decidem destruir tudo o que apanham no seu terreno, prejudicando os camponeses. Portanto, na verdade é um mal entendido porque a terra disputada é dos privados. Os camponeses é que invadem ou pedem para ocupar tal terra, mas quando os privados querem começar a explorar as áreas que antes não exploravam, os camponeses já não querem sair."*⁶⁰

Vários foram os beneficiários que apontaram a reduzida dimensão das suas parcelas como um constrangimento para a adopção das novas técnicas agrícolas implementadas pela APOJ, nomeadamente a separação de culturas, o que, conforme os técnicos agro-pecuários da APOJ, constitui um obstáculo para a maximização do rendimento agrícola.

A APOJ, embora mesmo antes do início do projecto tenha tido conhecimento dessa situação problemática, decorrente dos conflitos de terra entre alguns privados e o sector familiar, optou por implementar o seu projecto num contexto em que nem todos os beneficiários tinham garantido o acesso à terra. Portanto, houve deficiências durante a elaboração do projecto, especificamente na identificação dos locais adequados e viáveis para a implementação do mesmo. O desenvolvimento de acções com as associações de camponeses com título de posse e aproveitamento da terra teria eliminado ou, pelo menos, reduzido os riscos de conflitos de terra envolvendo os beneficiários do projecto e agentes

⁵⁸ Nem todas as comunidades tiveram esse problema no quadro do projecto. As comunidades afectadas são as de Bolaze e o primeiro bairro da comunidade de Fonte Santa.

⁵⁹ Entrevista colectiva com dois beneficiários do projecto no dia 26.05.03 em Marracuene.

⁶⁰ Entrevista com o Presidente da Localidade de Nhongonhane no dia 26.05.03 em Marracuene.

privados, e ,por outro, lado propiciaria maior sentido de organização das actividades do projecto.

A construção de uma ponte de passagem sobre um canal de irrigação em Sibacusse não chegou a efectivar-se. Na programação do projecto a comunidade propôs a construção de tal ponte usando material local (troncos de eucaliptos), mas o técnico de pontes recomendou à APOJ que o material a usar para tal construção fossem as manilhas de cimento. Contudo, a APOJ não possuía cobertura orçamental para esta recomendação, que acarretaria custos não previstos no projecto. Este facto, aliado aos já referidos conflitos de terra nos locais de implementação do projecto indicam a existência de alguma deficiência da APOJ no estudo de viabilidade do projecto, nomeadamente na escolha dos locais viáveis para a implementação do projecto e a falta de um estudo de viabilidade prévio para a construção de uma ponte em Sibacusse. Esta situação vem a confirmar a tese da fraca qualidade dos estudos de viabilidade dos projectos por parte de muitas ONG's que actuam em Moçambique (Adam & Coimbra, 1997; Negrão, 1997).

5.7 Impacto do Projecto

A avaliação do impacto do ProSAFASM afigura-se complexa devido à inexistência de dados quantitativos sobre reservas alimentares e produção e comercialização agrícolas dos seus beneficiários, o que equivale a afirmar que este exercício de avaliação foi feito tendo como base as informações orais obtidas dos vários actores envolvidos no projecto e a observação directa do mesmo.

De forma geral, embora tenha trazido alguns efeitos positivos para as comunidades beneficiárias, o projecto pode ser considerado ineficaz, se se atender ao facto de que o seu objectivo último era o de contribuir para a garantia da segurança alimentar das comunidades beneficiárias. Os rendimentos decorrentes das actividades agrícolas efectuadas pelos beneficiários do projecto foram baixos e não permitiram a produção de excedentes cuja comercialização lhes teria proporcionado alguns rendimentos monetários que igualmente contribuiriam para a promoção da sua segurança alimentar.

*"Comparando antes e depois da chegada da APOJ aqui, posso dizer que a fome ainda não acabou, mas estamos um pouco aliviados com a chegada da APOJ. Em 2000 houve cheias que destruíram muita produção. Agora é o problema da seca. A APOJ deu-nos sementes, mas isso não adiantou em nada porque a chuva não cai. As sementes que lançamos queimaram. A situação teria melhorado se caísse chuva."*⁶¹

A persistência da seca constituiu um constrangimento para a eficácia do projecto, pois dificultou a irrigação das sementes lançadas pelas comunidades, o que contribuiu para a baixíssima produção agrícola. A este facto juntou-se a ocorrência das pragas, que afectaram negativamente as culturas, e a APOJ nem sempre foi capaz de distribuir os pesticidas em tempo oportuno para combater esta calamidade. O fraco poder de compra dos beneficiários não permitiu que estes recorressem a si próprios para encontrar soluções para este factor negativo (pragas) na produção agrícola.

Além destes factores (seca e pragas), a ineficácia do projecto ficou a dever-se às deficiências verificadas durante a elaboração e implementação do projecto pela APOJ e às deficiências de coordenação de acções entre a Intermón-Oxfam e a APOJ.

Assim, o início tardio do projecto, derivado da dependência financeira da APOJ em relação à Intermón-Oxfam, influenciou negativamente o impacto do mesmo, pois ocasionou a distribuição de sementes às comunidades após o período da sementeira, o que contribuiu para os fracos rendimentos agrícolas.

A consociação de culturas⁶² e a prática da agricultura nas zonas altas, menos férteis e húmidas quando comparadas com as zonas baixas do distrito, constituíram factores negativos para o alcance da eficácia do projecto⁶³.

A ineficácia da intervenção da APOJ ficou a dever-se, por outro lado, à fraca qualidade do estudo de viabilidade que esta ONG efectuou no âmbito da elaboração do projecto. A má

⁶¹ Entrevista com um beneficiário no dia 16.05.03 em Marracuene.

⁶² A consociação de culturas consiste em juntar numa mesma parcela várias culturas, o que, de acordo com as regras técnicas, contribui para os fracos rendimentos agrícolas.

⁶³ Importa recordar que os factores que podem ter contribuído para tais práticas já foram anteriormente discutidos (vide subcapítulo referente a implementação do projecto).

programação da construção de uma ponte para a comunidade de Sibacusse e a ocorrência de alguns conflitos de terra nas comunidades de Bolaze e Fonte Santa entre os beneficiários do projecto e alguns privados mostram alguma falta de capacidade da APOJ na programação das suas actividades e na identificação dos locais viáveis para a implementação do projecto, pois, pelo facto de o ProSAFASM ter sido um projecto da área agrícola, o acesso à terra por parte dos beneficiários do mesmo constitui um requisito indispensável para a implementação e eficácia do mesmo.

Apesar de, no cômputo geral, o projecto ter sido ineficaz, o ProSAFASM trouxe alguns benefícios às comunidades. Para além de ter aliviado da fome os seus beneficiários, no âmbito da fase de comida pelo trabalho, garantiu a produção de alguns rendimentos agrícolas e a difusão de novas técnicas agrícolas para as comunidades, nomeadamente a separação de culturas e o processo de multiplicação da rama de batata-doce de polpa alaranjada, embora as constatações indiquem que este processo devera ser consolidado com outras acções futuras.

*"Não sabemos multiplicar as sementes. Só sabemos semear para produzir. Vimos que a maneira de semear para multiplicar é diferente da maneira de produzir. Nós não conhecíamos essa técnica de multiplicar (...) A APOJ veio ensinar-nos também a separar as culturas para aumentar os nossos rendimentos. Mas ainda há pessoas que continuam a misturar as culturas porque têm parcelas de terra pequenas que não dão para fazer isso."*⁶⁴

*"Alguma coisa vai mudando, mas o modo de pensar e de agir de alguém é algo que muda a longo prazo. Por exemplo, já é possível observar camponeses que já conseguem dividir as suas pequenas parcelas pelo número de culturas."*⁶⁵

Portanto, a segurança alimentar, entendida como o acesso físico e económico de todos os indivíduos do agregado familiar, a todo o momento, à alimentação suficiente e adequada para levar uma vida digna, conforme vem expresso no quadro conceptual deste trabalho, ainda não é um facto para os beneficiários do projecto da APOJ em Marracuene.

⁶⁴ Entrevista com um beneficiário no dia 27.05.03 em Marracuene.

⁶⁵ Entrevista na APOJ no dia 12.05.03.

*"Dizer que existe segurança alimentar nas três comunidades seria uma falha, senão mentira mesmo, porque no início tivemos o problema da seca e do fornecimento tardio de sementes (...) e a época de sementeira de uma colheita é muito determinante para o rendimento dessa cultura. Tendo em conta as condições em que a semente foi lançada pode-se dizer que neste projecto os rendimentos agrícolas estiveram abaixo do mínimo admissível."*⁶⁶

Perante este cenário, confirma-se a tese da ineficácia das acções das ONG's proposta por Adam & Coimbra (1997). Todavia, enquanto estes autores encontram as causas desta situação apenas nas inadequadas formas de actuação das ONG's, este estudo mostra que há outros factores que também contribuem para o fraco impacto das intervenções das ONG's na promoção do desenvolvimento, nomeadamente os factores naturais. Com este estudo, os resultados revelam que, para além das inadequadas formas de actuação da APOJ durante os processos de concepção e implementação do projecto, a estiagem e as pragas que assolam o distrito de Marracuene constituíram um grande obstáculo para a eficácia do mesmo. Quer dizer, a ineficácia das acções ONG's não deve ser vista apenas como uma questão inerente apenas a estas organizações, pois há factores fora do controlo humano que podem também influenciar negativamente as intervenções das ONG's na promoção do desenvolvimento.

5.8 Sustentabilidade do Projecto

Para o alcance da sustentabilidade dos projectos de desenvolvimento, o *empowerment* das comunidades locais constitui um instrumento fundamental e imprescindível, visto ser um ponto de partida para que as comunidades fiquem munidas de "ferramentas" para que " (...) se possam desenvolver a si próprias e por si próprias" (Camay & Gordon, 1997:3).

Para o caso da APOJ, a sustentabilidade dos seus projectos em Marracuene, incluindo o ProSAFASM, tem como base o ProFESCR (Projecto de Fortalecimento das Estruturas Sociais das Comunidades Rurais), projecto implementado em 1999, visto que este estava unicamente virado à capacitação das comunidades rurais de Marracuene. Com este projecto pretendeu-se criar ou revitalizar as estruturas sociais das comunidades rurais (secretários de bairros, chefes das povoações, comissões de plano, animadores comunitários).

⁶⁶ Entrevista com um técnico agro-pecuário da APOJ no dia 12.05.03 na APOJ.

Assim, a capacitação das comunidades no uso de novas técnicas agrícolas, pesticidas, fertilizantes e pulverizadores foi um dos grandes instrumentos usados pela APOJ no sentido de garantir a sustentabilidade do projecto, pois desta forma pretendia-se que, com os conhecimentos adquiridos, os beneficiários fossem a aumentar os seus rendimentos agrícolas e, com estes, a produção de excedentes.

A par disso, foram formados animadores comunitários, em matéria de liderança participativa, e as comissões de plano, em matéria de elaboração de projectos. Aos animadores comunitários cabe o papel de organizar e dinamizar as actividades de qualquer projecto que for implementado nessas comunidades, e as comissões de plano foram formadas para serem capazes de identificar os problemas que afectam as comunidades, discutir conjuntamente esses problemas e elaborar projectos para resolver os mesmos. Com estas acções, a APOJ visava, em última instância, capacitar as comunidades no sentido de que, no futuro, as comunidades não só estejam conscientes da necessidade de contarem consigo próprias para melhorar as suas condições de vida, como também dêem continuidade aos benefícios dos projectos de que forem beneficiários.

Para os parceiros Intermón-Oxfam e APOJ, a questão da sustentabilidade constitui sempre preocupação em qualquer intervenção de desenvolvimento. Para o caso do ProSAFASM, a estratégia era criar condições para que os beneficiários aumentassem os seus rendimentos agrícolas, criassem excedentes e, na base da sua comercialização, aumentassem os seus rendimentos monetários por forma a estarem munidos para enfrentar as situações de pragas, falta de sementes, fertilizantes, pesticidas e instrumentos agrícolas.

Apesar das acções desenvolvidas nesse sentido, constata-se, como reconhecem a própria APOJ, as autoridades administrativas de Marracuene e as comunidade, que os beneficiários não estão ainda capazes de garantir a sustentabilidade do projecto.

"Seria uma grande aventura dizer que as comunidades já têm capacidade de garantir a sua segurança alimentar por si próprias, sem a ajuda das ONG's. Mas eu penso que as comunidades já têm uma mínima

visão; as pessoas já sabem que devem fazer isto ou aquilo, que isto deve ser assim e não de outra maneira, mas capacidade própria ainda não existe.”⁶⁷

“A APOJ mostrou-nos que não podemos viver para o resto da vida a dependermos das ONG's, e nós mostramos que não temos nada mas queremos desenvolver. As ONG's estão a mostrar-nos o caminho para sustentarmo-nos sem o apoio de ninguém, embora esse caminho tenha muitos obstáculos. Para mim a primeira coisa que deve existir para o camponês é a terra, e nós ainda temos problemas de terra. A segunda coisa é que nós precisamos de condições para desenvolver a agricultura: sementes, tracção animal, motobombas para puxar a água do rio [Incomáti] para as nossas machambas. Eu acho que se tivermos essas condições poderemos caminhar com os nossos próprios pés sem depender de ninguém. Mas isso agora não é possível porque, para além da seca, não temos essas condições e temos o problema da terra.”⁶⁸

O fracasso da produção agrícola, decorrente dos factores já mencionados, não permitiu a materialização da estratégia desenhada pela Intermón-Oxfam e APOJ na garantia da sustentabilidade do ProSAFASM. As comunidades beneficiárias dos projecto não possuem ainda rendimentos agrícolas que lhes permitam a produção de excedentes, cuja comercialização garantiria alguns rendimentos monetários que permitiriam que essas comunidades dessem prosseguimento ao ProSAFASM.

A difusão de novas técnicas agrícolas pelas comunidades, bem como a capacitação das comunidades no uso de novas técnicas agrícolas, pesticidas, fertilizantes e pulverizadores, constituem, porém, instrumentos que poderão jogar um papel positivo na produção de maiores rendimentos agrícolas, o que, por seu turno, contribuirá para a promoção da segurança alimentar dessas comunidades, mas tal devesse passar necessariamente pelo acesso e suficiência daquele que é o factor básico de produção agrícola: a terra.

⁶⁷ Entrevista com o presidente da localidade de Nhongonhane no dia 26.05.03 em Marracuene.

⁶⁸ Entrevista com um beneficiário no dia 27.05.03 em Marracuene.

VI. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

6.1 Discussão das Hipóteses de Trabalho

A primeira hipótese foi a de que *devido às calamidades naturais e à deficiente coordenação entre a Intermón-Oxfam, a APOJ, as autoridades administrativas de Marracuene e os beneficiários do projecto, as acções da Intermón-Oxfam estão longe de corresponder aos anseios dos seus beneficiários.*

Os resultados da pesquisa revelam que a estiagem e as pragas constituem factores que contribuíram sobremaneira para o fracasso da produção agrícola das comunidades. Mesmo com a abertura de valas de drenagem das águas do Rio Incomati para irrigar os campos agrícolas das comunidades, não foi possível obter água devido à seca.

Além da estiagem, outro factor que afectou negativamente a produção agrícola foram as pragas. A APOJ nem sempre foi capaz de distribuir os pesticidas para combater as pragas em momento oportuno, e os beneficiários não possuíam rendimentos monetários suficientes para adquirir tais pesticidas.

No que diz respeito ao relacionamento entre a Intermón-Oxfam e a APOJ, os resultados da pesquisa apontam para a existência de deficiências de coordenação entre estas duas ONG's. Tais deficiências consubstanciaram-se na alocação tardia de recursos financeiros por parte da Intermón-Oxfam à APOJ, o que ditou o atraso no início da implementação do projecto. Este atraso, por seu turno, fez com que a distribuição de sementes aos beneficiários pela APOJ decorresse além do período de sementeira, o que viria a contribuir para os fracos rendimentos agrícolas.

No que tange ao relacionamento entre a APOJ e as autoridades administrativas de Marracuene, o estudo mostra que o governo distrital não está suficientemente equipado em termos de recursos humanos, técnicos e materiais para coordenar as intervenções das

ONG's que actuam no distrito, o que fez com que nem todas as actividades da APOJ fossem efectivamente acompanhadas pelo governo distrital, senão por via dos relatórios da APOJ. Esta situação é agravada pela inexistência de um órgão distrital para coordenar as acções das ONG's, o que algumas vezes conduz a confusões sobre a divisão de responsabilidades entre as instituições do poder local do Estado. Além disso, houve falta de concertação entre a APOJ e o governo local na escolha dos locais para a implementação do projecto. Contudo, não há dados suficientes que permitam afirmar que essas deficiências tenham contribuído para o fraco impacto do projecto.

O relacionamento entre a APOJ e as comunidades caracterizou-se por um constante esforço de diálogo, consultas mútuas e coordenação de acções. As comunidades participaram nas várias actividades previstas no projecto, mas a APOJ não foi capaz de fornecer as sementes e os pesticidas em tempo oportuno, o que mostra algumas deficiências de coordenação entre a APOJ e as comunidades.

Portanto, a ocorrência de pragas e a persistência da seca, as deficiências de coordenação, por um lado, entre a APOJ e a Intermón-Oxfam e, por outro, entre a APOJ e as comunidades beneficiárias, confirmam a primeira hipótese, embora não na sua totalidade, pois os dados existentes não permitem concluir que as deficiências de coordenação entre a APOJ e o governo distrital influenciaram negativamente o impacto do projecto.

A segunda hipótese consubstanciou-se na afirmação de que *o limitado envolvimento dos beneficiários do projecto no processo de tomada de decisões no âmbito da elaboração e implementação do projecto constrange a eficácia e a sustentabilidade das acções da Intermón-Oxfam e APOJ na promoção da segurança alimentar.*

Para a concepção do projecto, a APOJ auscultou as comunidades, seguindo o mecanismo de brainstorming, num processo que, na linha de Pretty et al. (1995), pode ser designado como "participação por consulta". Contudo, o elevado número de beneficiários definidos pela APOJ neste processo e o reduzido número de reuniões de auscultação dos mesmos, não permitiu que esse processo fosse abrangente. Na prática, foi a APOJ que, em última

instância, decidiu as quantidades de alimentos, o tipo e as quantidades de insumos e equipamentos agrícolas a distribuir. Como resultado disso, constatou-se que nem todas as actividades propostas pelos beneficiários, como, por exemplo, a distribuição de animais de tracção e motobombas para o uso durante o processo agrícola⁶⁹, foram tomadas em consideração pela APOJ, embora com o orçamento disponível fosse possível fazer uma gestão que garantisse a aquisição e uso desses instrumentos durante o processo agrícola.

Durante a implementação do projecto, a APOJ e as comunidades realizavam consultas mútuas, mas tais consultas eram bastante restritas no sentido de que envolviam quase exclusivamente os líderes comunitários, negligenciando a inclusão dos vários segmentos sociais envolvidos no projecto, tais como homens e mulheres (género), adultos e jovens (idade) e os camponeses "simples" (estatuto na comunidade). A desorganização que, algumas vezes, caracterizou os grupos de trabalho compostos pelos beneficiários contribuiu para que a APOJ, alegando que se ia levar muito tempo nas reuniões de auscultação, envolvesse essencialmente os líderes comunitários no processo de consultas mútuas.

Embora esta hipótese, quando considerada de *per se*, seja válida, não há elementos que possam sustentar a ideia de que o limitado envolvimento dos beneficiários do projecto no processo de tomada de decisões no âmbito da elaboração e implementação do projecto foi um factor que terá constringido a eficácia e a sustentabilidade das acções da Intermón-Oxfam e APOJ na promoção da segurança alimentar.

Mesmo se os beneficiários tivessem participado na definição dos tipos e das quantidades de insumos e instrumentos a serem por eles recebidos, não fica provado que tal situação contornaria os efeitos drásticos da estiagem sobre a produção agrícola. Nesta perspectiva, não há elementos que permitam confirmar esta hipótese.

⁶⁹ A tracção animal e as motobombas são insumos agrícolas que, substituindo a enxada e o regador, respectivamente, poderiam jogar um papel importante no aumento da produtividade e produção agrícolas; a motobomba teria permitido o aproveitamento dos reduzidos recursos hídricos do Rio Incomáti e a tracção animal garantiria maior celeridade no cultivo dos campos agrícolas. Aliás, a APOJ, por ter reconhecido este facto, admite a possibilidade de incluir estes instrumentos no próximo projecto de segurança alimentar, que constituirá a continuação do ProSAFASM, no qual prevê trabalhar com as associações de camponeses, para garantir um maior sentido de organização das actividades.

6.2 Conclusões

A Intermón-Oxfam e a APOJ constituem importantes parceiros do governo na melhoria das condições de vida das comunidades rurais de Marracuene, pois, ao partilharem a mesma preocupação do governo na promoção do bem-estar social dessas comunidades, têm desenvolvido várias acções para a promoção da segurança alimentar neste distrito.

Entretanto, os resultados deste estudo mostram que houve uma divergência entre a intenção da Intermón-Oxfam e APOJ e a realidade verificada no terreno. Quer dizer, a intervenção destas ONG's em Marracuene foi ineficaz, o que significa que com ela não foi possível garantir a segurança alimentar das comunidades beneficiárias, mas apenas aliviar temporariamente o grave problema de fome que estas enfrentavam (e continuam a enfrentar), pois, no quadro do projecto, os rendimentos agrícolas dos beneficiários foram baixíssimos, quer dizer, estiveram abaixo do mínimo admissível em condições normais, o que não contribuiu para alcançar o objectivo do projecto.

A ineficácia da intervenção da Intermón-Oxfam e APOJ ficou a dever-se às deficiências registadas durante o processo de concepção e implementação do projecto, ao reduzido período de duração do projecto, bem como às calamidades naturais (seca e pragas) que afectam o distrito de Marracuene em particular, e a zona Sul, no geral. Assim, embora Adam & Coimbra (1997) advoguem que a ineficácia das acções das ONG's é resultado das inadequadas formas de actuação destas organizações, com este estudo constatou-se a existência de factores naturais que contribuíram para a ineficácia da intervenção da Intermón-Oxfam e APOJ na promoção da segurança alimentar em Marracuene.

Apesar disso, a difusão de novas tecnologias de produção agrícola e a capacitação dos beneficiários no uso de pesticidas, fertilizantes e pulverizadores podem ser considerados como sendo os efeitos positivos do projecto, embora sejam ainda necessárias mais acções no futuro para consolidar este processo.

No quadro da parceria entre as ONG's internacionais e as ONG's nacionais, especificamente entre a Intermón-Oxfam e a APOJ, estas últimas continuam a enfrentar alguma debilidade em termos organizacionais, de recursos humanos e materiais e uma elevada dependência financeira em relação àquelas, o que impede o alcance da plena autonomia na gestão dos seus projectos de desenvolvimento e uma maior eficiência, efectividade e eficácia nas suas acções.

A forma de actuação da APOJ na concepção e implementação do ProSAFASM não permitiu uma participação abrangente dos beneficiários no processo de tomada de decisão, o que fez com que nem todas as actividades do projecto fossem efectivamente relevantes para a promoção da segurança alimentar das comunidades beneficiárias do projecto.

A pesquisa mostra que o governo distrital de Marracuene não está suficientemente equipado humana, material e tecnicamente para, numa conjugação de esforços com as ONG's e com os camponeses locais, desenvolver acções por forma a ultrapassar o problema da insegurança alimentar que afecta a maior parte da população local, que tem a agricultura como meio básico de sobrevivência.

A ainda existente dificuldade no acesso à terra é uma questão que aflige alguns pequenos produtores rurais, o que exige por parte do governo, das autoridades comunitárias e do sector privado agrícola a busca de mecanismos que garantam que os camponeses ultrapassem este problema, pois a terra é o meio básico e indispensável para a prática da agricultura. A formação de associações de camponeses, com título de posse e aproveitamento da terra, constitui um dos caminhos a seguir para contornar esse problema, mas tal exige a continuação das acções de sensibilização efectuadas pelas ONG's no sentido de consciencializar os pequenos produtores agrícolas no sentido de se filiarem a estas associações.

A garantia da segurança alimentar é uma questão complexa que, além de envolver as ONG's, continua a exigir uma intervenção multi-sectorial por parte do Estado. Para alcançar este propósito, a agricultura constitui a principal actividade económica a ser tomada em consideração, pois não só envolve a maior parte da população como também é, muitas vezes, a principal e única fonte de rendimento das comunidades rurais.

Com o estudo também se chega à ilação de que a compreensão das causas da insegurança alimentar e o reforço dos pequenos produtores agrícolas em termos de insumos, técnicas e equipamentos agrícolas, dado o seu fraco poder aquisitivo, afiguram-se como um dos pontos de partida adequados para capacitar os pequenos produtores agrícolas no sentido de aumentar os seus rendimentos agrícolas e, com a produção e venda de excedentes, os seus rendimentos monetários. A longo prazo, estas acções poderão permitir que esses produtores estejam capacitados para, de *per se*, garantir a sua segurança alimentar.

6.3 Recomendações

No âmbito das parcerias que vem estabelecendo com as ONG's locais, incluindo a APOJ, a Intermón-Oxfam deve adoptar mecanismos que garantam a alocação oportuna de recursos financeiros àquelas, por forma a permitir que as actividades dos projectos decorram no período previsto, o que constitui já um passo importante para a o alcance da sua efectividade.

A Intermón-Oxfam devera também privilegiar a capacitação das ONG's locais, no sentido de, paulatinamente, caminhar-se para o estabelecimento e fortalecimento da autonomia destas e para a melhoria das suas formas de intervenção.

A APOJ deve, no quadro da concepção dos seus projectos, privilegiar a componente de estudo de viabilidade, por forma a identificar e contornar os factores externos que possam influenciar negativamente a implementação das suas actividades. Isso significa, por um lado, que a APOJ não deverá, ao longo das parcerias que for estabelecendo com as ONG's doadoras, perder de vista a questão da formação e capacitação dos seus recursos humanos

em matérias relacionadas com o desenvolvimento rural, e por outro, negligenciar a necessidade de um maior contacto de exploração das necessidades e expectativas das comunidades beneficiárias. A par disso, a APOJ deve ter a capacidade de definir um número de beneficiários dos seus projectos que esteja na proporção dos seus recursos materiais e humanos disponíveis, visando tornar mais eficiente e eficaz a monitoria desses projectos.

A APOJ, durante a implementação dos seus projectos, deve adoptar mecanismos que garantam que os agentes privados ou públicos indirectamente ligados a esses projectos forneçam antecipada ou oportunamente todos os recursos necessários para a realização das actividades no tempo previsto.

A APOJ podera apostar tambem em desenvolver projectos noutras áreas, como, por exemplo, a pecuária, por forma a diminuir a excessiva dependência das comunidades de Marracuene em relação à agricultura para o seu sustento alimentar.

Dada a sua situação de dependência financeira em relação em relação às ONG's doadoras, a APOJ deverá desenhar estratégias internas para assegurar a sua auto-sustentabilidade financeira. Na linha de Fumo (1995), pode-se argumentar que o ponto de partida nesse sentido é a boa capacidade de organização institucional que permita que a APOJ seja capaz de mobilizar e usar racionalmente os escassos recursos disponíveis a nível interno e externo e tenha muita capacidade de iniciativa.

As instituições do governo ao nível distrital deverão estar mais organizadas e equipadas, humana, técnica e materialmente, por forma a estarem aptas para corresponder às exigências de maior comunicação e coordenação de esforços com as ONG's na promoção da segurança alimentar, o que passa também pelo envolvimento do governo central.

BIBLIOGRAFIA

ABRAHAMSSON, Hans & NILSSON, Anders. (1994). *Moçambique em Transição. Um Estudo da História de Desenvolvimento durante o Período 1974-1992. 1ª edição.* Maputo: PADRIGU- CEEI-ISRI.

ABRAHAMSSON, Hans & NILSSON, Anders. (1998). *Ordem Mundial Futura e Governação Nacional em Moçambique (3ª impressão).* Maputo: PADRIGU - CEEI- ISRI.

ACNUR/ PNUD. (1996). *Perfis de Desenvolvimento Distrital. Distrito de Marracuene. Província de Maputo.* Maputo.

ADAM, Yussuf & COIMBRA, Humberto. (1997). *Messias Modernos Procuram Novos Lázarus: ONG's em Moçambique- Que Parcerias para Eliminar a Pobreza?- In: SOGGE, David (editor). Perspectivas sobre a Ajuda e o Sector Civil.* Amsterdam.

ALVES, M. I. P. (1996). *As ONG's na Política Comunitária de Cooperação para o Desenvolvimento.* Lisboa: CIDAC.

AMARAL, Wanda de. (1999). *Guia para Apresentação de Teses, Dissertações, Trabalhos de Graduação.* Maputo: UEM, Livraria Universitária.

ARTUR, Carlos. (2000). *Comparação dos Indicadores de Segurança Alimentar e Pobreza, Qualitativos e Quantitativos.* Maputo: UEM-FAEF.

BALL, Colin & DUNN, Leith. (1995). *ONG's: Directrizes para uma Boa Política e Prática.* Londres: The Commonwealth Foundation.

BANCO MUNDIAL (1990). *África Subsahariana-Da Crise até ao Crescimento Sustentável.* Washington.

VILANCULO, Carlos (2003). *ONG's e seu Papel na Promoção da Segurança Alimentar: O Caso da Parceria INTERMÓN-OXFAM e APOJ em Marracuene (2002-2003)*

BOON, Andre et al. (1999). *Dinâmica das Organizações no Ambiente Rural*. Maputo: FAEF/ Programa NECTAR.

BRITO, Miguel. (1995). Reflexões sobre Estratégias para as ONG's Moçambicanas. In: JOSÉ, Alexandrino & MONTEIRO, Ana. *Faces e Contrafaces na Identidade Civil Moçambicana. 1ª edição*. Maputo: CEA.

CAMAY, Phiroshaw & GORDON, Anne. (1997). *Módulos de Gestão das ONG's. 1º Caderno*. Maputo: Link.

CAPAÍNA, Nelson. (2002). *O Papel das ONG's Estrangeiras na Cooperação para o Desenvolvimento Rural: o Caso da Action Aid Moçambique. Uma Análise do Projecto JSF*. Maputo: UEM-UFICS.

CHAMBERS, Robert. (1995). *Desenvolvimento Rural. Fazer dos Últimos os Primeiros*. Luanda: ADRA.

CHICHAVA, José. (1999). *Participação Comunitária e Desenvolvimento: o Caso dos Grupos Dinamizadores em Moçambique*. Maputo: INLD.

COMISSÃO SUL. (1991). *O Desafio ao Sul: Relatório da Comissão Sul*. Porto: Edições Afrontamento.

CHONGUIÇA, Ebezinário. (1997). Desenvolvimento Sustentável. In: MICOA. *Boa Governação e Desenvolvimento Sustentável, Revista nº 2*. Maputo.

ENDBERG, L. E. (1990). *Rural Households and Resource Allocation for Development: an Ecosystem Perspective*. Roma: FAO.

FARINHA, Fernanda. (1999). *Capacitação Institucional de ONG's Locais: Necessidades e Recursos*. Maputo: Link.

VILANCULO, Carlos (2003). *ONG's e seu Papel na Promoção da Segurança Alimentar: O Caso da Parceria INTERMÓN-OXFAM e APOJ em Marracuene (2002-2003)*

FUMO, Carlos. (1995). *ONG's Moçambicanas: Sua Identidade e Papel no Desenvolvimento do País*- In: JOSÉ, Alexandrino & MONTEIRO, Ana. *Faces e Contrafaces na Identidade Civil Moçambicana. 1ª edição*. Maputo: CEA.

GANGRADE, K. D. & SOCRYAMOORTHY, R.(1995). *NGOs: Retrospect and Prospect*. In : JAIN, R. B. (ed.). *NGO's in Development Perspective*. New Delhi.

GIL, António Carlos. (1989). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 2ª edição*. São Paulo: Atlas.

GINJA, Victória.(1995). *A Sustentabilidade das ONGs Moçambicanas*. In: JOSÉ, Alexandrino & MONTEIRO, Ana. *Faces e Contrafaces na Identidade Civil Moçambicana. 1ª edição*. Maputo: CEA.

HANLON, Joseph. (1997). *Como o FMI Bloqueia a Reconstrução de Mocambique*. *Colecção Nosso Chão n° 10, 1ª edição Moçambicana*.

HUDOCK, Ann C. (1999). *NGO and Civil Society: Democracy by Proxy?* Cambridge: Polity Press.

JAIN, R. B. (ed.) (1995). *NGO's in Development Perspective*. New Delhi.

KULIPOSSA, Fidelix Pius. (1997). *Sociedade Civil, ONG's e Boa Governação no Processo de Reformas das Relações Estado-Sociedade em Moçambique: um Quadro Teórico, Conceptual e Empírico para Debate*. In: GUAMBE, José & WEIMER, Bernard. *Programa de Reforma dos Órgãos Locais (PROL). Texto de Discussão n° 2*. Maputo.

KULIPOSSA, Fidelix Pius. (1993). *Em que Medida as ONG's Estrangeiras Contribuem para o Desenvolvimento Económico e Social de Moçambique? Um Debate Baseado no Relacionamento entre Moçambique e a Fundação Fredrich Ebert*. Tese de licenciatura em Relações Internacionais. Maputo: ISRI.

VILANCULO, Carlos (2003). *ONG's e seu Papel na Promoção da Segurança Alimentar: O Caso da Parceria INTERMÓN-OXFAM e APOJ em Marracuene (2002-2003)*

KULIMA & AMDU. (1992). *ONG's Nacionais*. Maputo: Núcleo Coordenador Interino das ONG's Nacionais.

LISBOA, Francisco. (2000). *Estratégias de Segurança Alimentar e Nutricionais e sua Relação com o Parentesco: o Caso do Distrito de Massangena (1975-1999)*. Maputo: UEM-UFICS.

LINK. (2000). *Sustentabilidade das ONG's*. Maputo.

MAJOR, Domingos. (1995). Introdução. In: JOSÉ, Alexandrino & MONTEIRO, Ana (1995). *Faces e Contrafaces na Identidade Civil Moçambicana. 1ª edição*. Maputo: CEA.

MANDLHATE, Félix. (1991). *Desenvolvimento Rural Sustentável: um Desafio Viável?* Maputo: INDER.

MATOS, Rui Pedro Paula de. (2001). *As ONG's e a Crise do Estado Soberano*. Lisboa: Universidade Lusfada.

MISAU & MPF. (1997). *Perfil Distrital de Segurança Alimentar e Nutrição. Marracuene*. Maputo.

MNEF. (1997). *Directrizes para o Desenho, Monitoragem e Avaliação de Programas*. Helsínquia.

MONTEIRO, Ana Piedade. (1995a). Sobre o Conceito de ONG's. In: JOSÉ, Alexandrino & MONTEIRO, Ana. *Faces e Contrafaces na Identidade Civil Moçambicana. 1ª edição*. Maputo: CEA.

MONTEIRO, Ana Piedade. (1995b). *Transição, Desenvolvimento e ONG's*. Maputo: UEM-CEA.

VILANCULO, Carlos (2003). *ONG's e seu Papel na Promoção da Segurança Alimentar: O Caso da Parceria INTERMÓN-OXFAM e APOJ em Marracuene (2002-2003)*

MPF. (1998). *Enquadramento Macroeconómico da Estratégia de Segurança Alimentar. Relatório Final*. Maputo.

MUCAVELE, Firmino.(1997). *Conceitos e Indicadores de Segurança Alimentar e Nutrição*. Curso Regional de Pós-Graduação em Análise Técnica e Formulação de Políticas de Segurança Alimentar, Parte um. Maputo: UEM.

MULLIN, Guy. (1996). *Papel das ONG's no Desenvolvimento de Moçambique*. Maputo: Link.

NEGRÃO, José. (1997). Repensando as Modas do Desenvolvimento Rural. In: SOGGE, David. (org.). *Perpectivas sobre a Ajuda e o Sector Civil*. Netherlands: GOM.

NORAD (s.d.). *O Método do Quadro Lógico. Manual de Planificação de Projectos Orientados para Objectivos*. Oslo.

PIJENBURG, Bart. (1997). *Métodos Qualitativos e Quantitativos na Pesquisa em Segurança Alimentar. Curso Regional de Pós- Graduação*. Maputo: UEM.

PITSCHAS, R. (1995). The Role of NGOs in the Modern State: Challenge to Institutional Policy and Institutional Development in the South. In: JAIN, R. B. (ed.) *NGO's in Development Perspective*. New Delhi.

PNUD. (2001). *Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano*. Maputo.

PRETTY, Jules et al.(1995). *A Trainer's Guide for Participatory Learning and Action*. London: International Institute for Environment and Development.

QUIVY, Raymond & CAMPENHOUT, Luc Van: (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais. 1ª edição*. Lisboa: Editora Grádiva.

VILANCULO, Carlos (2003). *ONG's e seu Papel na Promoção da Segurança Alimentar: O Caso da Parceria INTERMÓN-OXFAM e APOJ em Marracuene (2002-2003)*

RIBAS, Aymara. (org.).(1995). *Normas para Apresentação de Trabalhos. 5ª edição.* Curitiba.

ROESCH, Otto.(1992). *Reforma Económica em Moçambique: Notas sobre a Estabilização, a Guerra e a Formação de Classes.* Maputo: Arquivo Histórico.

ROSSI, Peter et al. (1996). *Evaluation. A Systematic Approach. 6th Edition.* London: Sage Publications.

SALIMO, Padil (2001). *Engajamento das ONG's Internacionais e do Governo no Processo de Coordenação da Ajuda ao Desenvolvimento. O Caso da IBIS: Uma Referência Específica ao Projecto AISAM.* Maputo: UEM-UFICS.

SILVA, Terezinha da. (1995a). *Visão da Parceria na Base: Contribuição para um Debate.* In: JOSÉ, Alexandrino & MONTEIRO, Ana. *Faces e Contrafaces na Identidade Civil Moçambicana. 1ª edição.* Maputo: CEA.

SOGGE, David (1997). (org.). *Moçambique: Perspectivas sobre a Ajuda e o Sector Civil.* Amsterdão: Frans Beijjaard.

TENÓRIO, Fernando. (org.). (1998). *Gestão de ONG's: Principais Funções Gerenciais. 2ª edição.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

VALÁ, Salim. (1998). *Os Imperativos da Participação Comunitária no Desenvolvimento Rural.* In: *Jornal Domingo*, 11.01.1998, Nº 833, Maputo.

VALÁ, Salim. (1999a). *INDER e Sociedade Civil: Que Parcerias para o Desenvolvimento Rural em Moçambique?* Maputo.

VALÁ, Salim. (1999b). *Promoção de Organizações Locais e Comunicação Rural: Uma Proposta de Plano de Acção.* Maputo.

Documentos primários

APOJ.(2002). *Segurança Alimentar para as Famílias Afectadas pela Seca em Marracuene*. Maputo.

APOJ. (2003). *Relatório Semestral nº 1*. Maputo.

APOJ (2003). *Relatório Narrativo Final*. Maputo.

CONSELHO DE MINISTROS (2000). *Abordagem de Desenvolvimento Rural em Moçambique*. Maputo.

GOVERNO DE MOÇAMBIQUE (1998). *Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional*.

INTERMÓN-OXFAM (2002). *Memoria 2002*.

MADER (2003). *Análise da Vulnerabilidade Corrente em Moçambique*. Maputo.

Legislação

Constituição da República de Moçambique de 1990.

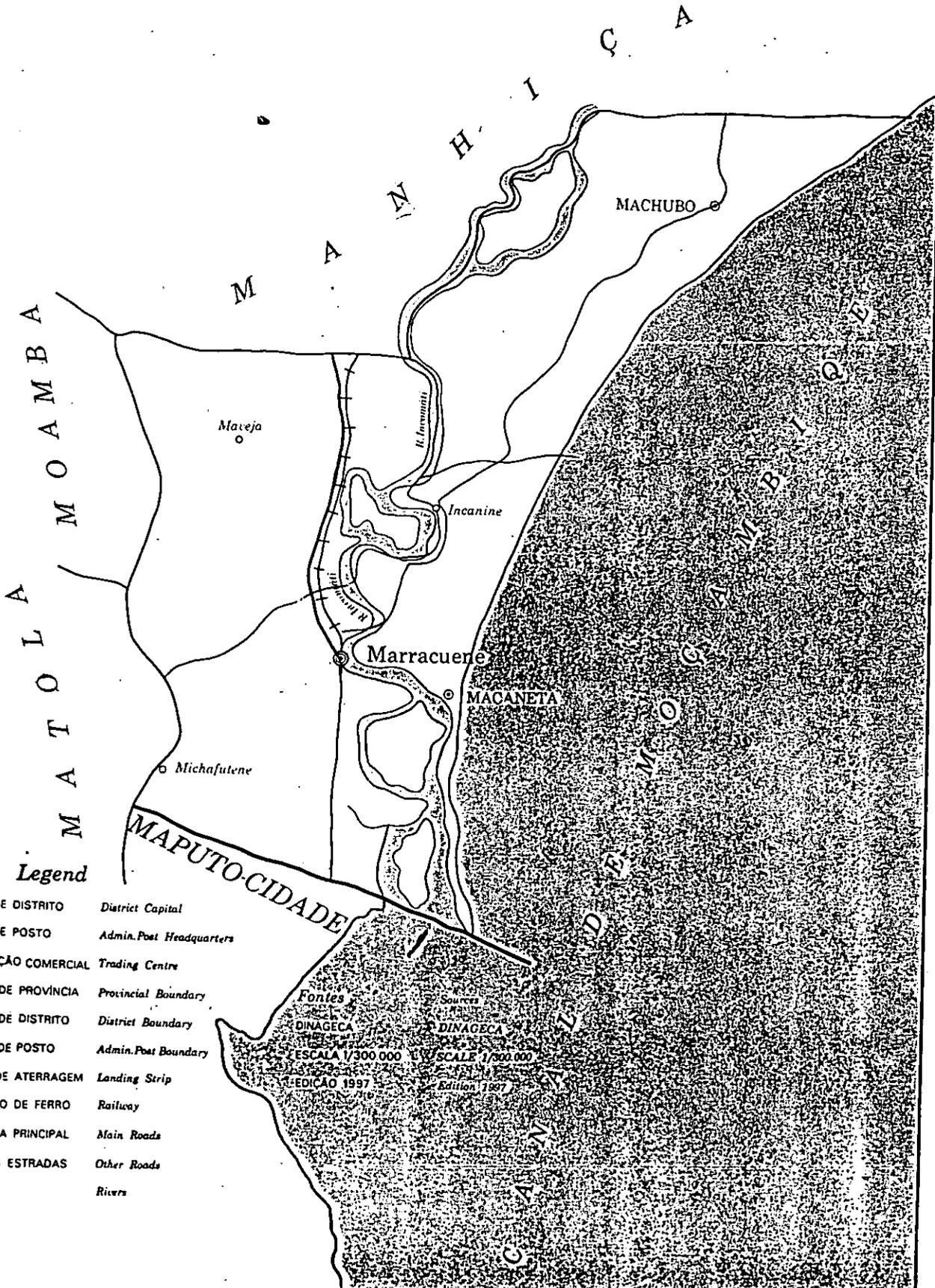
Decreto 55/98, de 13 de Outubro. In: Boletim da República, I Série, Número 40, 13 de Outubro de 1998.

Lei 8/91, de 18 de Julho. In: Boletim da República, I Série, Número 29, 18 de Julho de 1991.

ANEXO 1

MAPA DO DISTRITO DE MARRACUENE

DISTRITO DE MARRACUENE



LEGENDA *Legend*

- ⊙ SEDE DE DISTRITO *District Capital*
- ⊙ SEDE DE POSTO *Admin. Post Headquarters*
- POVOAÇÃO COMERCIAL *Trading Centre*
- LIMITE DE PROVINCIA *Provincial Boundary*
- - - LIMITE DE DISTRITO *District Boundary*
- - - LIMITE DE POSTO *Admin. Post Boundary*
- ✈ PISTA DE ATERRAMENTO *Landing Strip*
- +—+ CAMINHO DE FERRO *Railway*
- +—+ ESTRADA PRINCIPAL *Main Roads*
- +—+ OUTRAS ESTRADAS *Other Roads*
- ~ RIOS *Rivers*

Fontes Sources
 DINAGECA
 ESCALA 1/300 000 SCALE 1/300 000
 EDIÇÃO 1997 Edition 1997

ANEXO 2

Lista de Entrevistados

Gestores e Técnicos do Projecto

- 1- Chohane Mutane, responsável de emergência da APOJ.
- 2- Luís Manhiça, secretário geral da APOJ.
- 3- Lopes Timbe, assistente da APOJ.
- 4- Néelson Zunguza, voluntário da APOJ.
- 5- Bento Xavier, voluntário da APOJ.
- 6- Pedro Armando, voluntário da APOJ.
- 7- Rosa Macie, técnica agro-pecuário da APOJ.
- 8- Jorge Pascoal, técnico agro-pecuário da APOJ.
- 9- Reginaldo Chitata, coordenador do projecto da APOJ.
- 10- Julião Nhaquila, coordenador de programas da Intermón-Oxfam na província de Maputo.

Autoridades Administrativas

- 1- André Awade, administrador do distrito de Marracuene.
- 2- Abdul Faquirá, presidente da localidade de Nhongonhane.
- 3- Elias Mula, técnico médio agro-pecuário da DDADR de Marracuene.

Líderes Comunitários e Beneficiários do Projecto

- 1- António Manhiça, secretário do 1º bairro da comunidade de Fonte Santa.
- 2- Silva Mabanga, secretário-adjunto do 1º bairro da comunidade de Fonte Santa.
- 3- Ralina Chivite, secretária-adjunta do 1º bairro da comunidade de Fonte Santa.
- 4- Reginaldo Nzucula, animador comunitário da comunidade de Fonte Santa.
- 5- Isaura Masohe, animadora comunitária da comunidade de Fonte Santa.
- 6- António Walui, camponês de Fonte Santa.
- 7- Celeste Manhiça, camponês de Fonte Santa.

- 8- Alberto Chirindza, secretário da comunidade de Sibacusse.
- 9- Alberto Matine, secretário adjunto da comunidade de Sibacusse.
- 10- Carlos Machava, camponês da comunidade de Sibacusse.
- 11- Sebastião Sabela, camponês da comunidade de Sibacusse.
- 12- Xavier Mause, camponês da comunidade de Sibacusse.
- 13- Laurinda Mboane, camponês da comunidade de Sibacusse.
- 14- Filta Chavane, camponês da comunidade de Sibacusse.
- 15- Julieta Mause, camponês da comunidade de Sibacusse.
- 16- Amélia Batsana, camponês da comunidade de Sibacusse.
- 17- Rabeca Calane, camponês da comunidade de Bolaze.
- 18- Ana Tuaia, camponês da comunidade de Bolaze.
- 19- Paulino Macucule, camponês da comunidade de Bolaze.
- 20- Xavier Chambale, secretario da comunidade de Bolaze.
- 21- Titos Bila, 1º assistente da comunidade de Bolaze.

ANEXO 3

1. GUIÃO DE ENTREVISTAS

AOS GESTORES E TÉCNICOS DO PROJECTO

Identificação (nome; cargo; idade; naturalidade; estado civil)

- 1- Qual é a base da parceria entre a APOJ e a Intermón-Oxfam? Como tem sido o relacionamento no âmbito desta parceria? Quais são as dificuldades e os benefícios existentes no âmbito da parceria?
- 2- Qual foi o processo que foi adoptado para a concepção do projecto? Como identificam os problemas da comunidade?
- 3- Quais são as pessoas/entidades envolvidas na concepção do projecto? Qual foi o papel de cada interveniente neste processo?
- 4-As autoridades administrativas e os líderes comunitários têm informação sobre este projecto? Tiveram algum papel na fase de concepção do projecto? Se sim, qual?
- 5- Em termos de relevância, qual a sua opinião sobre este projecto? Porquê?
- 6-Depois de aprovado, este projecto foi comunicado à comunidade? Como? Como foi recebido pela comunidade?
- 7-Como é que está a decorrer a implementação do projecto?
 - a) Quais são as dificuldades e os êxitos?
 - b) Como têm sido o relacionamento entre os actores envolvidos no processo?
- 8- Os beneficiários participam (têm colaborado) na implementação do projecto? Se sim, qual é o seu papel? Se não, porquê? Como é que os beneficiários se sentem por participar (ou não) no processo? Se for o caso, qual é o mecanismo usado para a participação dos beneficiários no projecto?
- 9- Como tem sido o vosso relacionamento com os beneficiários? E com os líderes comunitários?
- 10- Qual é o impacto (resultados positivos e negativos) que se está a verificar com a implementação deste projecto, em termos de segurança alimentar para as comunidades beneficiárias do mesmo? Acha que já se pode afirmar que os beneficiários do projecto já estão numa situação de segurança alimentar? Em que medida?
- 11- Qual a estratégia usada para garantir a sustentabilidade do projecto (isto é, para garantir a continuação dos seus benefícios, mesmo após o seu término)? Quais têm sido os resultados?

12- Este projecto engloba ou não a componente de capacitação das comunidades beneficiárias? Se sim, de que forma se intervém nesse sentido?

14- Como gostaria que fossem as futuras intervenções da sua ONG?

2. AOS BENEFICIÁRIOS E LÍDERES COMUNITÁRIOS

Identificação

1- Antes da aprovação do projecto ora em curso, você participou nas discussões sobre o mesmo? De que forma você contribuiu para este projecto?

2- Acha que este projecto é relevante/útil para si? Em que medida?

3- Depois de o projecto ser aprovado, você foi informado? Como?

4- Identifica-se com este projecto? Porquê?

4- Tem participado na implementação deste projecto? Se sim, em que consiste a sua participação?

5- Quando há problemas durante a implementação tem participado na procura de soluções dos mesmos? Como?

5- Quais são as dificuldades e os sucessos que nota com a implementação do projecto?

6- Como tem sido o seu relacionamento com a APOJ? Está tudo bem ou acha que alguma coisa deve ser melhorada? Se sim, qual e porquê?

7- Pode fazer uma comparação da sua situação alimentar antes e depois da implementação deste projecto? A sua situação alimentar melhorou ou não? Porquê afirma isso? Se sim, em que medida? (impacto do projecto).

8- Quando este projecto terminar, acha que estará preparado(a) para proporcionar, por si só, a sua segurança alimentar, sem o apoio da APOJ? Porquê?

9- O que acha que no futuro deve ser feito para garantir a segurança alimentar aqui?

3. ÀS AUTORIDADES ADMINISTRATIVAS

Identificação

- 1- Qual é a situação alimentar do distrito?
- 2- Tem havido constrangimentos na promoção da segurança alimentar aqui em Marracuene? Se sim, quais são?
- 3- Qual é a apreciação geral que faz do trabalho das ONG's na área de segurança alimentar?
- 4- Foram informados sobre este projecto (da OXFAM e APOJ)? Participaram na fase de concepção do projecto? Como?
- 5- Estão a par das acções que estão a ser realizadas por estas ONG's ? Como é que a informação chega até vós? Tem algum papel na implementação desse projecto?
- 5- Como tem sido o vosso relacionamento com estas ONG's? Está tudo bem ou acha que alguma coisa deve ser melhorada nesse relacionamento?
- 5- Em termos de impacto, qual a apreciação que faz deste projecto? O que acha que este projecto trouxe como resultado para os camponeses?
- 6- Comparando o passado e o presente (com a implementação do projecto), acha que há alguma diferença em termos de segurança alimentar para as comunidades? (impacto do projecto)
- 8- Quando este projecto terminar, acha que as comunidades poderão, por si sós, garantir a sua segurança alimentar? (*empowerment* das comunidades).
- 9- O que acha que deve ser feito no futuro, tanto pelas ONG's como pelo governo, para garantir a segurança alimentar no distrito, em geral e em Nhongonhane, em particular?

ANEXO 4

LEI 8/91, DE 18 DE JULHO



BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

SUPLEMENTO

SUMÁRIO

Assembleia da República:

Lei n.º 8/91:

Regula o direito a livre associação.

Lei n.º 9/91:

Regula o exercício à liberdade de reunião e de manifestação.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Lei n.º 8/91

de 18 de Julho

O direito a livre associação constitui uma garantia básica de realização pessoal dos indivíduos na vida em sociedade e está estabelecido no n.º 1 do artigo 76 da Constituição como uma das liberdades fundamentais dos cidadãos.

Mostra-se, pois, necessário determinar as regras que tornem esse direito passível de ser exercitado no respeito pelos demais princípios e direitos constitucionalmente estabelecidos.

Pelo exposto, no uso da competência que lhe é conferida pelo n.º 1 do artigo 135 da Constituição, a Assembleia da República determina:

ARTIGO 1

(Princípio Geral)

Poderão constituir-se associações de natureza não lucrativa cujo fim esteja conforme os princípios constitucionais em que assenta a ordem moral, económica e social do país e não ofendam direitos de terceiros ou do bem público.

ARTIGO 2

(Proibição do Secretismo)

As associações não podem ter carácter secreto.

ARTIGO 3

(Substracto Personalizável)

1. As associações poderão ser livremente constituídas por cidadãos maiores de dezoito anos de idade em pleno gozo dos seus direitos civis.

2. Aos cidadãos maiores de dezoito anos é garantida a liberdade associativa na constituição de organizações juvenis, desde que a estrutura directiva das mesmas seja composta por membros com idade superior a dezoito anos.

ARTIGO 4

(Personalidade Jurídica)

As associações adquirem personalidade jurídica pelo reconhecimento, desde que cumulativamente reúnam os seguintes requisitos:

- Sejam constituídas por um número de fundadores não inferior a dez;
- Os respectivos estatutos obzervem o disposto na presente lei e na lei geral;
- Comprovem a existência de meios necessários para o seu funcionamento de acordo com os respectivos estatutos.

ARTIGO 5

(Reconhecimento Específico)

1. O reconhecimento das associações será feito pelo governo ou pelo seu representante na província, quando a actividade da associação se confine ao território desta.

2. O despacho de reconhecimento deve ser proferido num prazo de quarenta e cinco dias e será publicado no *Boletim da República*, bem como os respectivos estatutos.

3. A recusa do reconhecimento só poderá ser feita por despacho devidamente fundamentado, do qual caberá recurso para o Tribunal Administrativo no prazo de quinze dias a contar da data da sua notificação.

ARTIGO 6

(Registo)

Após a publicação do despacho de reconhecimento de uma associação, o órgão directivo desta procederá ao seu registo na secção própria da Conservatória do Registo Civil ou Comercial de acordo com a lei em vigor.

ARTIGO 7

(Alterações Supervenientes)

1. As alterações do acto de constituição ou dos estatutos que impliquem modificação dos objectivos da associação não produzirão efeitos enquanto a entidade referida no

n.º 1 do artigo 5 não verificar a sua conformidade com a lei, o que fará no prazo de quarenta e cinco dias.

2. As alterações a que se refere o número anterior estão sujeitas a registo.

ARTIGO 8

(Princípios da Especialidade)

A personalidade jurídica outorgada a uma associação confere-lhe a capacidade de adquirir e exercer direitos, bem como de contrair obrigações que correspondam à realização dos seus fins estatutários.

ARTIGO 9

(Filiação e Associações Estrangeiras)

As associações constituídas nos termos da presente lei poderão filiar-se livremente em associações ou organismos internacionais cujos fins sejam consentâneos com os das próprias associações.

ARTIGO 10

(Extinção)

1. As associações reconhecidas extinguem-se nos termos definidos nos respectivos estatutos ou por decisão judicial.

2. A decisão judicial de extinção da associação será proferida em acção movida pelo Procurador da República do correspondente escalão territorial com fundamento em:

- Existência de menos de dez dos seus membros por tempo não inferior a um ano;
- Por declaração de insolvência;
- Por a prossecução dos seus fins se ter esgotado ou tornado impossível;
- Por se constatar ser o seu fim real ilícito ou contrário a moral pública ou ainda ser o seu fim real diferente do fim declarado nos respectivos estatutos.

ARTIGO 11

(Associações de Utilidade Pública)

As associações poderão requerer a declaração de utilidade pública desde que prossigam fins de interesse geral ou da comunidade, cooperando com a Administração Pública na prestação de serviços a nível central ou local e apresentem todas as provas necessárias ao ajuizamento da sua pretensão.

ARTIGO 12

(Competência para Declaração de Utilidade Pública)

1. Compete ao Conselho de Ministros a declaração de utilidade pública prevista no artigo anterior.

2. A declaração de utilidade pública será publicada em *Boletim da República* e está sujeita ao registo a que se refere o artigo 6 do presente diploma.

ARTIGO 13

(Isenções Fiscais, Taxas e outros Benefícios)

Compete ao Conselho de Ministros estabelecer as isenções fiscais e de taxas bem como outros benefícios a conceder às associações declaradas de utilidade pública.

ARTIGO 14

(Deveres das Associações de Utilidade Pública)

Para além dos deveres previstos estatutariamente e em demais legislação, são deveres das associações declaradas de utilidade pública, os seguintes:

- Enviar anualmente ao Ministério das Finanças e ao Tribunal Administrativo o relatório e as contas do exercício findo;

- Prestar as informações que lhes forem solicitadas por competentes entidades oficiais.

ARTIGO 15

(Cessação da qualidade de Utilidade Pública)

A declaração de utilidade pública e as inerentes isenções e regalias cessam com a extinção da pessoa colectiva ou por decisão do Conselho de Ministros se tiver deixado de preencher os requisitos previstos no artigo 11 do presente diploma.

ARTIGO 16

(Reajustamento)

As associações existentes à data da entrada em vigor da presente lei deverão no prazo de seis meses proceder aos reajustamentos necessários à sua conformação com o disposto no presente diploma.

ARTIGO 17

(Associações Estrangeiras)

1. As associações estrangeiras poderão ser autorizadas a prosseguir os seus fins no território moçambicano, desde que estes não contrariem os princípios de ordem pública nacional e o solicitem ao Governo.

2. A autorização a que se refere o número anterior será obtida mediante requerimento devidamente instruído com os estatutos da associação.

3. A autorização a que se refere o n.º 1 do presente artigo será concedida através de resolução do Conselho de Ministros e publicada no *Boletim da República*.

ARTIGO 18

(Associações Irregulares)

Todas as associações que se constituam em desrespeito ao disposto na presente lei não serão reconhecidas.

ARTIGO 19

(Legislação anterior)

Mantêm-se em vigor todas as disposições do Código Civil que não contrariam a presente lei.

ARTIGO 20

(Regulamentação)

Compete ao Conselho de Ministros regulamentar a presente lei.

Aprovada pela Assembleia da República.

O Presidente da Assembleia da República, *Marcelino dos Santos*.

Promulgada em 18 de Julho de 1991.

Publique-se.

O Presidente da República, JOAQUIM ALBERTO CHISSANO.

Lei n.º 9/91

de 18 de Julho

A Constituição da República, no Título II dedicado aos direitos, deveres e liberdades dos cidadãos, consagra o direito à liberdade de reunião.

Este direito, inserido nos direitos gerais dos cidadãos ligados à formação da opinião pública, constitui um pressuposto necessário do Estado de direito e democrático por que se tem pugnado no nosso país.

ANEXO 5

DECRETO 55/98, DE 13 DE OUTUBRO



BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

2.º SUPLEMENTO

IMPRESA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE

AVISO

A matéria a publicar no «Boletim da República» deve ser remetida em duplicado devidamente autenticada, uma por cada assunto, donde conste, além das indicações necessárias para esse efeito, o averbamento seguinte, assinado e autenticado: Para publicação no «Boletim da República».

SUMÁRIO

Conselho de Ministros:

Decreto n.º 55/98:

Cria quadro legal que define os critérios da autorização, objectivos a atingir e mecanismos da actuação das Organizações Não-Governamentais Estrangeiras.

CONSELHO DE MINISTROS

Decreto n.º 55/98
de 13 de Outubro

O papel complementar das Organizações Não-Governamentais (ONG's) estrangeiras às iniciativas do Governo, no esforço de reabilitação e desenvolvimento do país, impõe a criação de um quadro legal que defina os critérios da sua autorização, objectivos a atingir e mecanismos da sua actuação.

Assim, ao abrigo do artigo 20 da Lei n.º 8/91, de 18 de Julho, o Conselho de Ministros decreta:

ARTIGO 1 (Definições)

Para efeitos do presente decreto entende-se:

1. Organizações Não-Governamentais (ONG's) — pessoas colectivas de direito privado, de natureza não lucrativa, envolvidas, nomeadamente, em programas de emergência, reabilitação ou desenvolvimento. Podem ser associações, fundações ou outras pessoas colectivas da mesma natureza que prossigam fins de cooperação para o desenvolvimento social e económico.

2. Autorização — outorga necessária para que a ONG possa iniciar e desenvolver as suas actividades no território nacional.

3. Órgão Central de tutela — Ministério que supervisiona a principal actividade a ser exercida pela ONG no território nacional.

ARTIGO 2 (Princípios gerais)

1. Serão autorizadas a desenvolver actividades no país as ONG's cujos estatutos se enquadrem no programa do Governo, sobretudo do desenvolvimento rural e peri-urbano e, nomeadamente, nos domínios da educação, saúde, abastecimento da água e de transferência de conhecimentos e de tecnologia.

2. As ONG's estrangeiras deverão criar capacidade nacional de modo que os seus parceiros prossigam os projectos iniciados e assegurem a sua sustentabilidade.

3. Na prossecução das suas actividades as ONG's estrangeiras estão interditas de realizar ou promover acções de natureza política.

ARTIGO 3 (Objectos)

Constitui objectivo geral das ONG's o dedicarem-se à assistência das populações independentemente da sua etnia, raça, religião ou estatuto social bem como participarem na erradicação da pobreza, nomeadamente, através de acções que aumentam o rendimento das famílias e criem emprego.

ARTIGO 4 (Ambito de aplicação)

O presente decreto aplica-se às ONG's estrangeiras que realizam as suas actividades na República de Moçambique no contexto dos programas nacionais de emergência, reabilitação ou desenvolvimento.

ARTIGO 5 (Autorização)

1. É delegada no Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação a competência para autorizar o início das actividades das ONG's estrangeiras, ouvido o órgão central de tutela.

2. A autorização a que se refere o n.º 1 do presente artigo é solicitada, mediante requerimento, acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Cópia autenticada de estatutos que comprovam a sua existência legal no país de origem;
- b) Proposta do programa geral de actividades que pretende realizar em Moçambique;
- c) Descrição da história da organização e sua experiência de trabalho;
- d) Quadro de pessoal que se propõe utilizar;
- e) Documento comprovativo de capacidade e disponibilidade de recursos financeiros necessários para realização das actividades em Moçambique.

3. Deverão ainda constar do requerimento, nome da ONG, a sua sede ou domicílio.

ARTIGO 6

(Início da actividade)

1. As ONG's apenas deverão iniciar as suas actividades após o despacho de autorização.
2. Autorização a que se refere o n.º 1 do presente artigo terá a validade de dois anos, podendo ser prorrogado se as partes assim o convirem.
3. O órgão central de tutela aprovará o programa de actividades proposto pela ONG, de acordo com a política sectorial e verificará se o mesmo complementa o programa do Governo.
4. Compete ao órgão central de tutela da actividade da ONG a indicação da província para a realização das suas actividades, tendo em conta a necessidade da aplicação do princípio da equidade no desenvolvimento do País. Cabe aos governos provinciais a indicação do distrito ou do município de actuação da ONG e a este os locais de desenvolvimento dos projectos.

ARTIGO 7

(Provimento dos postos de trabalho)

A contratação de trabalhadores estrangeiros deve obedecer à legislação laboral em vigor no País.

ARTIGO 8

(Relatório de actividades)

Durante o exercício das suas actividades as ONG's deverão apresentar anualmente relatórios de actividades de acordo com procedimentos a definir pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação.

ARTIGO 9

(Obrigações fiscais)

1. As ONG's deverão registar-se na Repartição de Finanças da respectiva área fiscal, após a autorização referida no n.º 1 do artigo 6, antes do início da sua actividade.

2. As ONG's estão sujeitas à fiscalização ou auditoria fiscal, nos termos precisos da legislação fiscal em vigor.

ARTIGO 10

(ONG's em actividade)

As ONG's estrangeiras existentes a data da entrada em vigor do presente decreto deverão no prazo de cento e vinte dias proceder aos reajustamentos necessários à sua conformação com o disposto no presente diploma.

ARTIGO 11

(Casos omissos e legislação aplicável)

1. Para os casos omissos no presente decreto, aplicar-se-á a Lei n.º 8/91, de 18 de Julho, o Decreto n.º 53/95, de 5 de Dezembro, e demais legislação em vigor.

2. O Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação aprovará o regulamento de aplicação do presente decreto.

Aprovado pelo Conselho de Ministros.

Publique-se.

O Primeiro-Ministro, *Pascoal Manuel Mocumbi*.

ANEXO 6

FICHA DE REGISTO DAS ONG's



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COOPERAÇÃO
DIRECÇÃO PARA AS RELAÇÕES ECONÓMICAS MULTILATERAIS

Ficha de Registo da ONG

Inscrição

Renovação

Código

Reinscrição

Outros

Data de Registo

1. Nome da Organização _____

2. Nome do Director da Organização no País de Origem _____

3. Endereço _____

4. Área de actividade conforme o Estatuto _____

5. Data de início das actividades em Moçambique _____

6. Endereço em Moçambique (R/Av.) _____

Nº _____

Telefone _____

Fax _____

7. Áreas de Actividade em Moçambique

Assistência Social _____

Saúde _____

Agricultura _____

Sector Informal _____

Educação _____

Água _____

Género _____

Meio Ambiente _____

População _____

Outro(s) _____

8. Objectivos _____

9. Local de Realização dos Projectos

Província

Distrito

Localidade / Município

a) Recursos Financeiros Previstos / Programa _____

b) Para o Programa de Actividade _____

c) Para Actividades Logísticas _____

ANEXO 7

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A INSTRUÇÃO DE PEDIDO DO REGISTO DA ONG

1. Requerimento ou carta dirigida ao Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação da República de Moçambique.
2. Cópia autenticada de estatutos que comprovam a sua existência legal na língua oficial da República de Moçambique.
3. Proposta do programa geral de actividades que pretende realizar em Moçambique, indicar o montante financeiro a envolver no programa.
4. Descrição da história e biografia, relativa à experiência de trabalho da Organização.
5. Quadro de pessoal que se propõe utilizar para a Organização.
6. Comprovativo em como dispõe de capacidade e disponibilidade de recursos financeiros necessários para realização de actividades em Moçambique.
7. Preencher a ficha de registo da ONG.
8. Relatório de actividades para as ONG's que se encontram a trabalhar em Moçambique.

Fonte: Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação da República de Moçambique.

ANEXO 8

QUADROS DE DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS E INSUMOS AGRÍCOLAS

I. QUADRO DA DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS

Nº	Produto	Kit mensal planejado por família	Kit total planejado por família / 2 meses	Kit mensal dado / família	Kit total dado/ família / 2 meses
1	Farinha de milho	12 Kg	24 Kg	0	0
2	Arroz	0	0	12 Kg; 24 Kg *	36 Kg
3	Açúcar	4 Kg	8 Kg	4 Kg	8 Kg
4	Óleo alimentar	2 litros	4 litros	2 litros	4 Litros
5	Amendoim	2 Kg	4 Kg	2 Kg	4 Kg
6	Feijão Manteiga	2 Kg	4 kg	2 Kg	4 Kg
7	Sal de cozinha	2 kg	4 Kg	2 Kg	4 Kg
8	Sabão/ bingo	2 barras	4 barras	2 bingos	4 Bingos

* Quantidade de arroz distribuída só no mês de Novembro.

II. QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE INSTRUMENTOS AGRÍCOLAS

Tipo de instrumento	Quantidade distribuída por cada comunidade			Total adquirido
	Bolaze	Fonte Santa	Sibacusse	
Botas de borracha	175 pares	200 pares	50 pares	425 pares
Luas de borracha	175 pares	200 pares	50 pares	425 pares
Foices	30	10	10	50
Forquilhas	10	10	5	25
Pás	30	30	5	65
Ancinhos	30	30	5	65

III. QUADROS DA DISTRIBUIÇÃO DE SEMENTES POR FAMÍLIA

3.1 Cereais e leguminosas

Tipo de semente	Quantidade prevista / família	Quantidade dada / família
Milho Matuba	5 Kg	3 Kg
Feijão Nhemba	3 Kg	2 Kg
Amendoim	2,5 Kg	2 Kg

3.2 Hortícolas e leguminosas

Tipo de semente	Quantidade prevista	Quantidade dada/ família
Couve	10 gramas	05 gramas
Alface	10 gramas	05 gramas
Tomate	10 gramas	05 gramas
Cebola	10 gramas	05 gramas
Feijão Verde	03 Kg	02 a 3 Kg*
Feijão Manteiga(vulgar)	---	01 a 2 Kg*

IV. QUADRO DA DISTRIBUIÇÃO DE ADUBOS E FERTILIZANTES

Tipo de medicamento	Quantidade prevista	Quantidade dada/familia
1. Fertilizantes		
a) Ureia	05Kgs	05Kgs
b) NPK	05Kgs	05Kgs
2. Pesticidas		
a) Maconzebe	01Kg	01Kg
b) Baytroid	500ml	--
c) Cipermitrina	500ml	500ml
d) Selecrom	500ml	1 Kg -SnailKiller
e) Tamaron	500ml	---
f) Karate	500ml	500ml

V. QUADRO DA DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS

Tipo de material	Quantidade prevista	Quantidade dada/ comunidade
Pulverizadores	05	05 - Bolaze
	12	12 - Fonte Santa
	01	01 - Sibacusse
Fatos Macacos (vestuário)	05	05 - Bolaze
	12	12 - Fonte Santa
	01	01 - Sibacusse
Mascaras	05	05 - Bolaze
	12	12 - Fonte Santa
	01	01 - Sibacusse
Luvras	05	05 - Bolaze
	12	12 - Fonte Santa
	01	01 - Sibacusse
Regadores	18	Bolaze
	47	Fonte Santa
	4	Sibacusse